

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - ÁREA DE APROFUNDAMENTO
EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

LUANA DA COSTA SANTOS

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO POPULAR : AS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS DA ESCOLA JOSÉ ALBINO PIMENTEL, DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GURUGI-IPIRANGA, CONDE/PB.**

**João Pessoa
2022**

LUANA DA COSTA SANTOS

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO POPULAR : AS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS DA ESCOLA JOSÉ ALBINO PIMENTEL, DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GURUGI-IPIRANGA, CONDE/PB.**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Licenciado/a em Pedagogia à banca examinadora no Curso de Pedagogia - Área de Aprofundamento em Educação do Campo do Centro de Educação (CE), Campus I da Universidade Federal da Paraíba. Orientador/a: Prof^ª Dr^ª Maria do Socorro Xavier Batista.

**João Pessoa
2022**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237e Santos, Luana da Costa.

Educação do campo e educação popular: as práticas pedagógicas da Escola José Albino Pimentel, da Comunidade Quilombola do Gurugi-Ipiranga, Conde/PB / Luana da Costa Santos. - João Pessoa, 2022.

84 f. : il.

Orientação: Maria do Socorro Xavier Batista.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia - área de aprofundamento em Educação do Campo) - UFPB/CE.

1. Educação do campo. 2. Educação popular. 3. Quilombo. I. Batista, Maria do Socorro Xavier. II. Título.

UFPB/CE

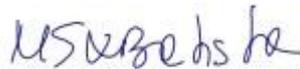
CDU 376.7(043.2)

LUANA DA COSTA SANTOS

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO POPULAR: AS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS DA ESCOLA JOSÉ ALBINO PIMENTEL, DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GURUGI-IPIRANGA, CONDE/PB.**

Aprovado em 16/12/2022.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista
Orientadora (UFPB)

Documento assinado digitalmente



FRANCISCA ALEXANDRE DE LIMA

Data: 27/12/2022 11:22:40-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Francisca Alexandre de Lima
Examinadora (UFPB)

Documento assinado digitalmente



ALINE BARBOZA DE LIMA

Data: 27/12/2022 11:37:34-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Aline Barboza de Lima
Examinadora (UFPB)

AGRADECIMENTOS

Aos movimentos sociais e povos originários, pois foi através de muita luta que o curso de licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento na Educação do Campo se tornou uma realidade. Ao Movimento dos Sem Terra, (MST), Movimento Negro Unificado (MNU), União Nacional dos Estudantes (UNE) ao Feminismo Negro e todos(as) líderes que contribuíram para que uma mulher negra e pertencente a classe trabalhadora ocupasse os espaços acadêmicos. Consegui percorrer o tripé do ensino, pesquisa e extensão. A tríade além de contribuir para a produção universitária, contempla o papel solidário, social e cultural para com a sociedade (MOITA e ANDRADE, 2005).

Aos meus familiares, em especial minha mãe Jucileide da Costa Silva, meu pai José Edmilson Cardoso dos Santos, meu irmão Luan Henrique da Costa Santos que são os meus pilares. Aos meus ancestrais, como descendente de negros(as) e indígenas do povo Potyguara, reafirmo minha identidade de cabloca contruída através da retomada do olhar ancestral. Lucas Gabriel Chaves Gonçalves meu companheiro na trajetória da vida e da formação acadêmica. Aos amigos que estiveram comigo durante esse percurso. A todos os meus professores, em especial Maria do Socorro Xavier Batista, minha orientadora e mestra durante toda jornada da graduação, mulher guerreira que dedicou uma vida a favor da Educação do Campo e dos movimentos sociais. Gratidão a Aline Barboza, Aparecida Valentin, Francisca Alexandre, Ildo Salvino e Luciélío Marinho pelo acolhimento e contribuições riquíssimas nesse percurso. Também agradeço aos professores Manoel Cosmo da Silva e Verônica Martins de Lira que vem desenvolvendo uma práxis libertadora na escola Albino Pimentel. Ao Grupo de Pesquisa que faço parte : Educação Popular e Movimentos Sociais do Campo (GP PM)/UFPB-CNPQ).

Esse trabalho de conclusão de curso é uma vitória, diante do racismo estrutural desse país patriarcal, desigual e machista. Participar de programas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Residência Pedagógica (RP), Extensão Universitária, Monitoria Acadêmica dentre outros. Não sendo apenas programas e projetos formativos, mas uma porta para a novas descoberta, transcendendo para novos mundos. A realidade provocada pelo neoliberalismo tem consequências drásticas no processo educativo, as problemáticas da educação ocorrem dentro e fora da escola, nas questões que fazem parte da vida cotidiana da classe trabalhadora. Esse sistema capitalista que enxerga a educação como mercadoria, não é capaz de promover uma formação educacional que contemple primeiramente a vida e o mundo. Nesse sentido, busco uma proposta de trabalho através de

um pensamento decolonial, baseado nas lutas contra os povos do campo contra a colonialidade e o pensamento eurocêntrico.

A perspectiva sobre estudar em escolas públicas do e no campo, não pode nem deve ser para obter um papel de conclusão, ou para complementar um currículo, mas sim para contribuir na construção identitária do sujeito, sendo significativa para além dos certificados obtidos, sendo uma educação transformadora. Existe uma certeza sobre a escola pública, ela é poderosa, e coloca em risco a ignorância que mantém os detentores de poder econômico em seus lugares de conforto na sociedade. A retirada desse conforto só é possível com uma educação libertadora e crítica, Devemos romper essa estrutura educacional que tem suas raízes no autoritarismo, militarismo e nos valores individuais, funcionando como ferramenta para manutenção dos privilégios e das injustiças. Essa educação que carrega os princípios do sistema capitalista não é nem nunca será digna e honesta para com o povo.

A Educação do Campo vem como oposição a essa deseducação, valorizando o ser humano, a natureza e as relações sociais. Através da educação problematizadora, dialógica e crítica, avançaremos como uma sociedade mais pensante e ativa. A educação nos guia para que não se percam nas distorções e contradições da ignorância. Paulo Freire (1997, p. 16) “O meu ponto de vista é dos ‘condenados da terra’, dos excluídos”.

*Vem teçamos a nossa liberdade
braços fortes que rasgam o chão
sob a sombra de nossa valentia
desfraldemos a nossa rebeldia
e plantemos nesta terra como irmãos!*

*Vem, lutemos punho erguido
Nossa Força nos leva a edificar
Nossa Pátria livre e forte
Construída pelo poder popular
Braços Erguidos ditamos nossa história
sufocando com força os opressores
hasteemos a bandeira colorida
despertemos esta pátria adormecida
o amanhã pertence a nós trabalhadores !*

*Vem, lutemos punho erguido
Nossa Força nos leva a edificar
Nossa Pátria livre e forte
Construída pelo poder popular
Nossa Força resgatada pela chama
da esperança no triunfo que virá
forjaremos desta luta com certeza
pátria livre operária camponesa
nossa estrela enfim triunfará!*

*Vem, lutemos punho erguido
Nossa Força nos leva a edificar
Nossa Pátria livre e forte
Construída pelo poder popular*

HINO DO MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

RESUMO

No trabalho tratamos das Práticas Educativas da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José Albino Pimentel, da Comunidade Quilombola do Gurugi-Ipiranga, Conde/PB, com o objetivo geral de analisar as práticas pedagógicas da escola, buscando identificar se elas se fundamentam nos princípios e fundamentos da Educação do Campo e da Educação Popular. A metodologia da pesquisa foi de natureza qualitativa, como estratégias de análise documental e entrevista semiestruturada. Teoricamente a pesquisa se apoiou na análise das categorias de Educação do Campo, Educação Popular e Prática Pedagógica. A pesquisa identificou que a Escola Albino Pimentel desenvolve práticas pedagógicas tradicionais vinculadas aos programas curriculares oficiais como BNCC e o programa Educar pra valer e práticas que incorporam elementos condizentes com a educação do campo e a educação quilombola, através dos projetos: Clamores Antigos que envolve o teatro popular de bonecos, danças da cultura afro como côco de roda e maculelê; o projeto Jornal Mural, criado e desenvolvido pelos estudantes que abordam notícias com problemas e questões da realidade da comunidade quilombola Gurugi/Ipiranga. Essas são práticas pedagógicas que envolvem os professores, estudantes e pessoas da comunidade e incentivam o protagonismo estudantil, valorizam o trabalho, a terra, a cultura, os modos de produção da vida, a história, a memória e a identidade dos povos do campo sujeitos do processo educativo escolar.

Palavras-Chave: Educação do Campo; Educação Popular; Práticas Pedagógicas; Movimentos sociais; Quilombo

ABSTRACT

In the following work we examine the Educational Practices of the José Albino Pimentel Municipal Elementary School, located at the Gurugi-Ipiranga *quilombola* community in the city of Conde, Paraíba. Our goal is to analyze the school's pedagogical practices in order to identify if they are based on the principles and fundamentals of Rural Education and Popular Education. Our qualitative research employed both category analysis and semi structured interviews, developed according to the theoretical bases of category analysis of Rural Education, Popular Education and Pedagogical Practice. The research has identified that the Albino Pimentel School develops traditional pedagogical practices linked to the official curricular programs (BNCC and the *Educar pra Valer* program), but also other practices that incorporate elements aligned with rural and *quilombola* education through the following projects: *Clamores Antigos*, which involves puppetry and african-descended dances like *côco de roda* and *maculelê*; and *Jornal Mural*, a newspaper created and managed by students that tackles the news through the lenses of the Gurugi-Ipiranga *quilombola* community's problems and questions. These pedagogical practices involve teachers, students, and community members, incentivize students to take on the role of protagonists, and value rural peoples' labor, land, culture, history, memory, and identity.

Keywords: Rural Education; Popular Education; Pedagogical Practices; Social Movements; Quilombo.

LISTA DE SIGLAS

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Movimento Negro Unificado (MNU)

União Nacional dos Estudantes (UNE)

Programa de Iniciação Científica (PIBIC)

Programa de Residência Pedagógica (RP)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Projeto Político Pedagógico (PPP)

O Movimento de Cultura Popular (MCP)

O Movimento de Educação de Base (MEB)

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Centro de Popular de Cultura (CPC),

Plano Nacional de Alfabetização (PNA)

Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)

Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO)

Programa Brasil Alfabetizado (PBA),

Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)

Ministério da Educação (MEC)

Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)

Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (PRONAF)

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

United States Agency for International Development (USAID)

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

LISTA DE FIGURAS

Figura -1 Localização da Escola	40
Figura -2 Fachada da Escola	40
Figura -3 Virada da Educação	49
Figura -4 Maculelê	51
Figura -5 Coco de Roda	52
Figura -6 Projeto Clamores Antigos e Jornal Mural	53
Figura -7 Apresentação do Projeto Clamores Antigos Teatro Popular de Bonecos	53
Figura -8 Projeto Clamores Antigos Bonecos	54
Figura -9 Projeto Jornal Mural	59
Figura -10 Jornal Mural Poluição	60
Figura -11 Jornal Mural Dia das Crianças	61
Figura -12 Jornal Mural Iluminação	62
Figura -13 Jornal Mural Agradecimento da Água	63
Figura -14 Jornal Mural Agradecimentos Posto de Saúde	64
Figura -15 Jornal Mural Futebol	65

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO POPULAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	15
2.1 Educação Popular	15
2.2 Educação do Campo	21
2.3 Práticas Pedagógicas	30
3 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ESCOLA ALBINO PIMENTEL: CULTURA E PROTAGONISMO	33
3.1 Caracterização do Território Gurugi/Ipiranga	33
3.2 Caracterização da Escola	39
3.3 As práticas pedagógicas da Escola Albino Pimentel	45
3.3.1 As práticas pedagógicas tradicionais.....	46
3.3.2 As práticas pedagógicas da escola: dialogando com a Educação do Campo e quilombola.....	49
3.3.3 Práticas desenvolvidas durante a pandemia do Covid-19.....	66
3.3.4 Retomando as Práticas pedagógicas de Educação do campo e Quilombola após a pandemia do Covid-19:.....	69
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	79
APÊNDICE B- MODELO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO	81
ANEXO I – AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA	82

1 INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa Educação do Campo e Educação Popular: as Práticas Pedagógicas da Escola José Albino Pimentel, da Comunidade Quilombola do Gurugi-Ipiranga, Conde/PB surgiu através da minha trajetória acadêmica ligada à escola, especialmente através da participação do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), com o Projeto : Educação Popular e Educação do Campo: aproximações nas experiências de escolas no campo na Paraíba, no período de agosto de 2018 a junho de 2020, a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Albino Pimentel, estava inserida nessa pesquisa, também fazendo parte no Programa de Residência Pedagógica (RP) que integra a Política Nacional de Formação de Professores, que teve o subprojeto vinculado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia com aprofundamento em Educação do Campo, no período de outubro de 2020 a março de 2022. Ambas experiências somadas resultam em 5 anos de envolvimento com a Escola José Albino Pimentel, localizada na comunidade quilombola Gurugi-Ipiranga na zona rural do município de Conde - PB. Vale salientar que a escola está inserida em um contexto de muita diversidade e cultura, localizada em um território composto por quilombolas, aldeias indígenas, agricultores e pescadores.

Uma escola, assim como uma comunidade-de-inserção, existe como processo e produto de vidas, de imaginários, de afetos, de visões de vida e de mundo, de identidades etc., de pessoas que interagem sendo mulheres e homens, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos. Cada ser-da-cultura, em cada momento de sua vida ou em cada posição cultural, vive o seu mundo de maneira peculiar. É essa peculiaridade trazida agora para o trabalho pedagógico que nos escapa no trabalho de pesquisa. Ora, trabalho pedagógico e trabalho de pesquisa são os dois lados de um mesmo rosto.(BRANDÃO,2003 p.307)

Mais do que um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), essa pesquisa oportunizou aprendizados que não se encontram nos papéis ou nas salas universitárias, nada do que foi vivenciado, refletido e problematizado foi isolado no tempo, antes ou depois dessa pesquisa, mas acontecendo desde sempre.

Além do PIBIC, tive a honra de atuar como residente na escola Albino Pimentel, através do programa de residência pedagógica no período de 2020 a 2021, em plena pandemia do COVID-19, o contexto vivenciado era de crise, sobretudo, para os/as mais explorados/as. A escola Albino Pimentel como todas as demais teve que mudar radicalmente suas práticas

pedagógicas para se adaptar ao contexto pandêmico. As aulas ocorreram remotamente, mediante a utilização das ferramentas e plataformas digitais, como o Whatsapp e Google Meet, mas o ensino remoto contou com o agravamento de diferentes desafios já existentes, como a falta de acesso a internet e equipamentos tecnológicos necessários, tanto estudantes como profissionais da educação sofreram consequências desse sistema desigual e excludente, que não oportunizou escolha nem possibilidades diante das problemáticas vivenciadas na pandemia.

Essas experiências do PIBIC e RP na escola Albino Pimentel me motivaram a dar continuidade ao estudo referente às práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, e como essas práticas abordam princípios da educação do campo. Para tanto, foi definido como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas da escola Albino Pimentel buscando identificar se elas têm fundamentos da educação do Campo e da Educação Popular. Como objetivos específicos buscamos: analisar os projetos pedagógicos desenvolvidos na escola; caracterizar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores antes, durante e após o período da pandemia; identificar os desafios encontrados para o desenvolvimento das práticas pedagógicas ligadas à Educação do Campo e a Educação Popular.

A Educação do Campo não pode ser entendida como deslocada do conceito de educação popular. Sabemos que ela nasceu fora da escola, mas como concepção de educação ela teve e tem grande influência na educação escolar. A Educação Popular faz opção pelo resgate da função social da Educação por meio de um novo projeto de sociedade. (COSTA,, 2012, p.121)

Para embasar essa pesquisa utilizamos alguns intelectuais que abordam temas relacionados com o objeto de estudo, com o intuito de fazer uma melhor compreensão sobre a pesquisa. Trago alguns autores referenciais utilizados nesse trabalho de pesquisa: Paulo Freire, Kabengele Munanga, Moacir Gadotti, Carlos Rodrigues Brandão, Roseli Caldart, Miguel Arroyo, Maria do Socorro Xavier Batista, Alder Júlio Ferreira Calado, Karl Marx, entre outros grandes intelectuais.

Antes de ser um diálogo entre mim e aqueles a quem vou me dirigir no processo da pesquisa, uma investigação científica é um diálogo sempre inacabado entre mim e aqueles que estão de algum modo envolvidos com temas, problemas, questões, perguntas, ações pedagógicas, tempos e espaços iguais, semelhantes, próximos ou convergentemente diferentes dos meus. E que, de algum modo, antes de mim, durante e depois de "mim", colocaram ou estão colocando isso por escrito.(BRANDÃO,2003 p.308)

Diante disso trago através do relatório final de pesquisa do PIBIC os resultados obtidos sobre a escola Albino Pimentel, tendo como objetivo verificar se nessas práticas desenvolvidas estão relacionadas com os princípios e fundamentos da Educação do Campo. Foram identificadas diferentes práticas pedagógicas voltadas para a Educação Popular e Educação do Campo, conforme o relatório da pesquisa do PIBIC 2020 os projetos identificados no ano de 2019 foram:

O projeto os canteiros, que trabalha leitura e escrita e confecção de livrinhos pelos estudantes; O Projeto Jornal Rural que é produzido pelos alunos, com temas e notícias que os alunos trazem da comunidade e da escola para ser divulgado em um jornal mural na entrada da escola; O Projeto leitura com fantoches, que normalmente os alunos criam uma história e através do teatro com fantoches apresentam essa história dentro da sala de aula; O Projeto do Cineclubes com apresentações também culturais que tenha haver com a identidade quilombola; O Projeto Clamores Antigos que trabalha o resgate da cultura quilombola, com danças coco de roda, maculelê (dança com influência da cultura africana e indígena que simula uma luta com porretes), também fazem a percussão das músicas africanas. (Relatório do PIBIC, 2020, P15.)

De modo geral, este trabalho de pesquisa visou contribuir para a historicização das práticas pedagógicas desenvolvidas nesses período antes, durante e pós pandemia, com um olhar mais específico para a Educação do Campo. Algumas reflexões também se fizeram necessárias durante a pesquisa, como a historização do contexto da Educação do Campo na história do país, os povos do campo e suas experiências de luta e resistência, os conflitos pela terra que sempre perpassam as questões da educação do campo e permeiam sobre a história do Brasil desde a colonização até os dias atuais.

Sendo assim, a construção desse trabalho de pesquisa também tem o intuito de refletir sobre as questões que permeiam a educação, como a intervenção de ideologias e correntes políticas que ao longo da história educacional do país, vem atacando uma educação crítica e libertadora. Esses ataques estão relacionados diretamente com a luta de classe, sendo o intuito dessas intervenções a continuidade de um sistema desigual que beneficia apenas os grandes burgueses, pois para estes a educação não passa de uma mercadoria. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra ressalta: “ Não existe um modelo já definido, mas um princípio: prática-teoria-prática, ou seja, a formação a partir do fazer na produção, e na organização social e política, para fortalecer o projeto de sociedade da classe trabalhadora”.¹

¹ Jornal dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Ano 11. no. 121, novembro, 1992. p.4.

Portanto é fundamental fortalecer as práticas pedagógicas que valorizam a luta e a identidade dos sujeitos do campo, quais abordam as questões sociais e culturais através de olhar crítico, sendo essas práticas sementes que irão gerar frutos de transformações na realidade. Ressalto BRANDÃO, (2003 p.306) : “ Isto é mais ou menos o deslocar para o campo da pesquisa aquilo que estamos tentando colocar como a experiência utópica do trabalho educacional e de suas diferentes experiências pedagógicas na escola e na sala de aula.”

Antes de iniciar a apresentação dos métodos utilizados durante a pesquisa: Educação do Campo e Educação Popular: As Práticas Pedagógicas da Escola José Albino Pimentel, da Comunidade Quilombola do Gurugi-ipiranga, conde/pb. Ressalto uma citação referente a teoria e metodologia, Brandão afirma:

A palavra método equivale aproximadamente a "caminho", uma direção para se chegar a algum lugar previsto. Quando a teoria o olhar com que se percebe — e o método de trabalho — a maneira como se ordena e instrumentaliza o olhar que vê para que ele olhe de forma correta o que há para ser visto - são muito restritos, corre-se o perigo de ver demasiadamente bem uma fração muito pequena da dimensão do real. (BRANDÃO 2003, P. 45)

Podemos compreender a complexidade que envolve esse caminhar científico, esses passos até o objetivo da pesquisa carregam uma pluralidade de fatores. O percurso envolve a necessidade de um olhar atento a tantos detalhes, que carregam profundas reflexões. É importante a consciência sobre a imensidade que existe diante da fração que está sendo pesquisada.

Dito isto, a metodologia utilizada para a pesquisa foi qualitativa, a qual de acordo com MINAYO (1992, p.43).

A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é "quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?" A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

A pesquisa também efetivou o levantamento bibliográfico da escola das pesquisas anteriores. Referente a construção de dados MINAYO (2001 p.43)

Devemos definir as técnicas a serem utilizadas tanto para a pesquisa de campo (entrevistas, observações, formulários, história de vida) como para a pesquisa suplementar de dados, caso seja utilizada pesquisa documental, consulta a anuários, censos. Geralmente se requisita que seja anexado ao projeto o roteiro dos instrumentos utilizados em campo.

Realizado um levantamento dos arquivos referidos e associados à escola, à comunidade e ao território, pesquisas relacionadas às temáticas abordadas, questões sistematizadas e problematizadas, fontes escritas, impressas e/ou manuscritas sobre a escola e a comunidade, projetos relacionados a escola, relatos referentes às condições reais, fotografias da referente às práticas desenvolvidas.

Sendo uma análise descritiva e discursiva da temática embasada nas questões científicas da pesquisa. Buscando identificar se a escola apresentava práticas pedagógicas relacionadas a Educação do Campo e Educação Popular valorizando e utilizando os saberes da comunidade. Como afirma MINAYO (2001 p.43)

Organização e análise de dados. Devemos descrever com clareza como os dados serão organizados e analisados. Por exemplo, as análises de conteúdo, de discurso, ou análise dialética são procedimentos possíveis para a análise e interpretação dos dados e cada uma destas modalidades preconiza um tratamento diferenciado para a organização e sistematização dos dados.

Para a construção dos dados da pesquisa utilizamos da entrevista semiestruturada com a diretora escolar, a supervisora educacional, um professor e uma funcionária com 30 anos de vivência na escola, com o intuito de identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola Albino Pimentel. Esse tipo de entrevista conforme MINAYO (2001, P.58).

Em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e não-estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, torna-se possível trabalhar com a entrevista aberta ou não-estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto, bem como com as estruturas que pressupõem perguntas previamente formuladas. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracterizando-se como entrevistas semi-estruturadas.

A entrevista semiestruturada teve como propósito contribuir através do diálogo com os entrevistados, compreender o funcionamento das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola no decorrer dos últimos quatro anos. Do ponto de vista ética da pesquisa, encaminhamos o Termo de Consentimento, que foi assinado pelos responsáveis para a realização da pesquisa. No caso das entrevistas foi garantido o anonimato aos entrevistados. A definição de critérios para os sujeitos colaboradores da pesquisa foram profissionais que já trabalhavam na referida escola desde 2019 e que permanecem até o presente ano de 2022.

A entrevista foi realizada no dia 14 de novembro de 2022, uma segunda-feira de manhã, iniciando às 08:30 horas, sendo realizada de forma coletiva, juntamente com a

presença da minha orientadora Maria do Socorro Xavier, diretora, supervisora, professor e funcionária. Ao final da entrevista, logo após o intervalo para a refeição, também foi possível assistir uma apresentação de teatro de bonecos realizada pelos estudantes, também tivemos acesso ao projeto jornal mural que estava na sala dos estudantes.

Além da entrevista também tivemos como instrumento para a construção de informações, a pesquisa documental que teve como objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, como também materiais produzidos pelos alunos, professores e gestores, publicações referentes à escola em plataformas digitais. Assim como foi realizada a análise dos documentos legais da educação.

A pesquisa ultrapassa comprovações e escritos, a pesquisa científica também faz parte de um processo de ensino-aprendizagem.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar e, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.(FREIRE, 1997 P. 32)

A elaboração desse trabalho de conclusão de curso também tem o intuito de valorizar as práticas pedagógicas relacionadas à Educação do Campo comunidade quilombola do Gurugi-Ipiranga, dando visibilidade ao papel deles na luta pela terra e por uma educação contextualizada.

Este trabalho de pesquisa está organizado da seguinte forma : A introdução referente ao capítulo 1 que contém o objetivo geral e específicos da pesquisa, e a metodologia adotada para a construção desse trabalho de pesquisa. O capítulo 2 trata sobre os conceitos de Educação do campo, Educação Popular e Práticas Pedagógicas. O capítulo 3 aborda as Práticas Pedagógicas da escola Albino Pimentel, faz uma análise da caracterização do território da escola, caracterização da estrutura física, organizacional, e dados sobre os trabalhadores e estudantes da escola. Esse capítulo também traz as práticas pedagógicas da Escola Albino Pimentel, sendo essas práticas divididas em práticas pedagógicas tradicionais e práticas pedagógicas da Educação do Campo. O Capítulo 4 Considerações finais traz uma análise dos resultados apresentados na pesquisa.

2 REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO POPULAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Neste capítulo fazemos uma fundamentação teórica das categorias centrais que contribuem para a compreensão do objeto da pesquisa. Para tanto organizamos seu conteúdo em três itens. O primeiro é a Educação Popular apresentando a história e luta por uma educação embasada nas classes populares. O segundo item é a Educação do Campo e seus fundamentos, sendo uma educação que atende às especificidades dos povos do campo, valorizando a história, cultura e identidade. O terceiro as práticas pedagógicas como uma importante ferramenta para uma educação crítica e libertadora.

2.1 Educação Popular

Antes de entrar no conceito de educação popular, vale ressaltar a experiência e influência da pedagogia libertária sobre a história da educação e as teorias pedagógicas. A proposta da educação libertária construída pelo movimento anarquista, teve grande importância na luta por uma educação da classe trabalhadora, apresentando contribuições significativas na educação da classe trabalhadora, problematizando as contradições do sistema neoliberal. Entendemos que há uma necessidade de reconhecimento das contribuições da pedagogia libertária, sua concepção filosófica e política. Destaco alguns intelectuais que foram impulsionadores de uma reorganização da sociedade, considerando o povo oprimido como sujeito de direito e principal sujeito das construções e transformações, dentre esses intelectuais temos: Célestin Freinet, Maria Lacerda de Moura, Antônio Gramsci.

A partir de alguns exemplos históricos, a pedagogia libertária foi intensamente praticada e difundida no meio das classes populares por um período no Brasil, principalmente nas primeiras décadas do século XX. É necessário reforçar e resgatar esse passado no atual momento, pois iremos ver que ainda existem projetos educacionais, no país e em parte do mundo, que flertam com uma educação emancipatória e que buscam a liberdade dos indivíduos no mundo capitalista, mesmo apesar de diversas adversidades. (SANTANA, 2018 p.486)

A emancipação do indivíduo na sociedade capitalista, envolve a luta de classe associadas às categorias de gênero e raça, mas não em uma perspectiva de luta para o futuro, mas sim em uma perspectiva da luta do presente, sendo essa historicidade importante para a

percepção dos movimentos, como para o reconhecimento das ações. O passado e futuro estão conectados nesse tempo constante.

A história deve ser problematizada é contrária ao status dogmáticos, compreender a importância da historicidade é fundamental para que não se afastar da realidade, atentando a ética solidária a todos os silenciados e propositalmente esquecidos no decorrer da história pelos opressões, sendo fundamental esse olhar crítico sobre a história para a construção e compartilhamento de conhecimentos históricos, favorecendo a assim a luta contra o conformismo, e fortalecendo as práticas sociais relacionadas com a utopia, essa que nos permite continuar acreditando e caminhando a favor da vida. Paulo Freire descreve essa necessidade da esperança enquanto uma necessidade existencial, a esperança e a prática juntas para que se torne uma concretude histórica, o esperar em movimento constante, não sendo uma esperar e sim um construir.

O movimento de Educação Popular se iniciou na década de 1940, mas teve um florescimento entre as décadas de 1950 e 1960, a partir das experiências do movimento de cultura popular. Sendo uma educação dialógica e voltada para as classes populares, foi se formando uma concepção diferenciada de educação.

No esforço de conquistar uma educação significativa, educadores vêm construindo um novo enfoque pedagógico, expresso nas experiências concretas de ruptura com o paradigma dominante de Educação. Dessa forma, observa-se um movimento visando o incremento de reformas educacionais, não só em nosso país, mas em outras nações, voltadas para a inserção de novas formas curriculares que compatibilizem a função social do ensino com a visão mais atualizada do conhecimento. (COSTA,2012 P.118)

Nesse sentido, entende-se que os movimentos sociais são a força propulsora das pautas emergentes das classes populares. Através da luta de pensadores como Paulo Freire, com seus “círculos de cultura” e alfabetização de jovens e adultos, houve um avanço significativo a respeito de uma concepção de educação fundamentada no diálogo e na valorização do sujeito social e de sua prática sociocultural.

Seguindo uma ordem cronológica dos movimentos populares que se formaram temos: O Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em 1960, no Recife, pelo educador Paulo Freire, em 1961 emerge o “Movimento de cultura popular” em seguida a “Campanha pé no chão também se Aprende a Ler”, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Natal no Rio grande do Norte, com a participação da prefeita Djalma Maranhão, o “Movimento de

Educação de Base” (MEB), criado em março de 1961 pela ‘Conferência Nacional dos Bispos do Brasil” (CNBB), o “Centro de Popular de Cultura” (CPC), criado em 1961 pela “União Nacional dos Estudantes” (UNE), e o “Plano Nacional de Alfabetização” (PNA), criado em 1963 fazendo parte das reformas de base do governo João Goulart sendo um desdobramento das experiências promovidas por Paulo Freire através da alfabetização de jovens e adultos pelos grupos de cultura popular, com o objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil, o PNA foi extinto em abril de 1964, após o golpe de militar.

Paulo Freire foi exilado, mas continuou disseminando seus saberes pelo mundo. A experiência de Angicos, traz um exemplo prático de como a educação popular acontece, a intencionalidade dessas práticas de alfabetização era garantir o direito da alfabetização do povo mais pobre, considerando a importância de uma leitura crítica do mundo qual o sujeito está inserido, a alfabetização não apenas como a leitura das palavras, mas como instrumento de libertação, porém essas ações foram violentamente interrompidas e reprimidas pelos tiranos do golpe militar de 1964. A intencionalidade dos militares era evitar uma educação crítica, esse foi o motivo para os ataques e repressão à educação popular, educação que se manifesta através e para as classes populares.

As raízes da educação popular são as experiências históricas de enfrentamento do capital pelos trabalhadores na Europa, as experiências socialistas do Leste Europeu, o pensamento pedagógico socialista, as lutas pela independência na América Latina, a teoria de Paulo Freire, a teologia da libertação e as elaborações do novo sindicalismo e dos Centros de Educação e Promoção Popular. Enfim, são as múltiplas experiências concretas ocorridas no continente latino-americano e o avanço obtido pelas ciências humanas e sociais na formulação teórica para o entendimento da sociedade latino-americana.(PALUDO, 2012 p. 283):

Na contramão da democracia, tivemos o decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, também chamado de “AI-5 das universidades”. A política Educacional na ditadura teve um foco no ensino profissionalizante e na Educação Moral, cívica e física. É importante falar um pouco mais sobre a ideologização desses programas escolares, e como isso funciona de ferramenta para garantir um controle sobre o social, objetivando a formação de sujeitos passivos e alienados. Além disso, houve um rompimento das Reformas de Base do governo Jango, que tinha a erradicação do analfabetismo como meta a partir da ampliação da experiência de Angicos, com essa medida foi posto o Movimento Brasileiro de Alfabetização

(MOBRAL) no lugar, que contemplava uma educação reprodutivista e alheia às necessidades reais dos trabalhadores.

De acordo com Leher (2010), os militares articularam-se com “técnicos educacionais” norte-americanos através dos programas do Ministério da Educação Brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) que trouxeram os princípios neoliberais autoritários para a educação brasileira. Na perspectiva educacional dos neoliberais golpistas, a educação era embasada nos princípios neoliberais da Escola de Chicago, o processo de alfabetização não envolvia uma educação crítica, problematizadora e reflexiva qual a educação popular propõe. O MOBRAL era na prática, ensinar a assinar o próprio nome e decodificar palavras, ficando ausente o letramento literário, os conhecimentos prévios dos estudantes, o pensamento crítico, etc.

Quando as lutas sociais foram retomadas com maior vigor, no final da década de 1970, gradativamente, as práticas de educação popular e as reflexões sobre essa perspectiva de educação foram sendo resgatadas, inclusive estabelecendo diálogo com a educação pública. Entretanto, o ascenso das lutas populares, na década de 1980, foi compreendido pelos setores dominantes como uma ameaça à governabilidade. O melhor antídoto para o ascenso popular era o pacote de ajuste estrutural preconizado pelo FMI e pelo Banco Mundial. Para viabilizá-lo, no Brasil, esses setores tiveram de se valer de um político arrivista para garantir a presidência da República, que, apesar de ter aderido ao credo neoliberal com ardor, não foi capaz de implementá-lo com a força política necessária. A agenda do ajuste foi consolidada no governo Cardoso, em meados da década de 1990. (LEHER, 2010 P.20)

Com o fim da ditadura militar, rompeu-se com o sistema político que comandava o país, mas não com os princípios do neoliberalismo que estavam presentes na educação. Muito pelo contrário, a partir da década de 1990 percebe-se um forte avanço das pautas neoliberais nos diversos âmbitos da sociedade brasileira, inclusive a educação. O liberalismo tem como filosofia a mercantilização de todas as necessidades humanas. Diminui-se a verba, afirmando que educação é despesa e o Estado deve seguir uma “austeridade fiscal” que impede esses investimentos primários.

Podemos perceber nesse caso, o ensino enquanto violência, acontecendo por meio de uma imposição às classes populares, através da autoridade, a educação vista como mercadoria. Essas ações pretendem produzir uma formação capaz de perpetuar as condições e problemáticas da sociedade, combatendo o desenvolvimento de ações em prol de uma educação crítica ao invés de desenvolvê-la.

Por outro lado, a Educação Popular é fundamentada em ações pedagógicas emancipadoras que tem o ato de educar horizontal, dialógico, respeitando os saberes dos alunos, tendo como princípios a ética, a solidariedade e a transformação social, essas como fundamentais para o exercício do entendimento de atos e fatos, promovendo formulações de ideias, e avanços no processo de ensino.

Vale ressaltar que a alfabetização envolve vários elementos, não se limitando ao ler e escrever, pois as consequências da alfabetização principalmente do indivíduo já injustiçado causa impactos nas relações sociais, na identidade do sujeito como na estrutura do sistema. Saber ler, escrever e utilizar dessa alfabetização para além das questões meramente burocráticas ou de comprovação de escolaridade, mas como instrumento de transformação e criação. Sendo assim, as políticas públicas voltadas à alfabetização no Brasil são essenciais para a democracia e para a vida dos trabalhadores. Avante na luta por mais e melhores políticas públicas para as classes populares.

A conscientização e mobilização em defesa de uma escola pública é extremamente importante, pois uma educação que possua características vinculadas à comunidade, proporciona condições para que as ações comunitárias sejam desenvolvidas. Uma escola gratuita e de qualidade, se faz urgentemente necessária em nosso país, para além de palavras bonitas ou das transcrições realizadas em papel, essa escola tão almejada principalmente pela classe popular, deve ser concretizada através de ações e suas leis respeitadas.

A educação só é popular quando tem a participação de todos no processo de construção da aprendizagem. Alguns critérios que auxiliam na mediação da educação popular é a participação social, participação ativa nas decisões, a escuta ativa, fomento de novas formas de intervenção do povo, possibilidade de novos olhares e encorajamento de transformações sociais em virtude da vida. A educação popular expressa um posicionamento político e filosófico diante da realidade, tendo como base os interesses e necessidades das classes populares. Alguns preceitos são o reconhecimento das identidades e valorização das lutas do povo.

Essa educação popular possui princípios filosóficos, a valorização dos saberes prévios dos sujeitos, funciona como semente para a germinação de novos saberes, tendo o uso da dialética para troca de fundamentos científicos e filosóficos do conhecimento. Uma educação que amplifica.

A educação popular vislumbra os conteúdos que são necessários para a reivindicação dos direitos, exigência de igualdade, e manutenção e fortalecimento das lutas sociais. Mas é preciso salientar que a Educação Popular não é reconhecida no espaço formal de ensino, sendo vista como Educação Informal pela legislação brasileira. Tanto que a maioria dos espaços de propagação da Cultura/Educação Popular não estão nas escolas, mas nas associações de moradores, movimentos sociais, centros de formação populares. A falta de reconhecimento dessa Educação é consequência do modelo capitalista de educação, ao qual estamos submetidos, e que tem como critério a competitividade, valorizando o capital e desprezando a vida.

Diversos coletivos sociais e populares, têm apresentado reflexões, conhecimentos e práticas de uma educação dialógica pausa nos movimentos populares, exemplo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que enxerga a comunidade como base para a educação, através dessa união entre a realidade e os estudos acontece a criação de um pensamento, opinião, ponto de vista, raciocínio que vão permear os diversos espaços, concretizando assim projetos para uma sociedade mais justo e equânime, reafirmando o compromisso com uma educação de qualidade para todos os brasileiros. Porque apenas a comunidade sabe suas reais necessidades.

As discussões sobre política, exibem em sua história uma estrutura que favoreceu uma política elitista, feita para a permanência de privilégios e regalias dos homens, ricos e brancos, mas a educação popular confronta justamente essa política seletiva. No que se diz a respeito da luta pela democratização da sociedade, os envolvidos eram justamente os oprimidos. Existe a necessidade de participação das classes populares na construção e implementação de políticas. Nessa perspectiva o interesse é que a classe trabalhadora detenha o poder político para que haja emancipação, compreendemos a educação como um processo de conscientização sobre as atividades humanas e produções de ideias. A emancipação requer a superação sobre o domínio de classe. Segundo (BATISTA, 2009 p.223).

As perspectivas de emancipação humana, a libertação dos trabalhadores requer o domínio do conhecimento, o desmantelamento da propriedade privada e da dominação de classe. É nessa perspectiva que credito à educação o papel de promover uma reflexão sobre os processos e artimanhas da opressão e da dominação aliando-se às lutas dos oprimidos pela sua libertação. Com a luta pela reforma agrária e pela organização do trabalho e de relações sociais sob o signo da emancipação, pela superação da sociedade de classes e de opressão retoma e atualiza a esperança e a utopia de uma outra sociabilidade onde a autonomia e emancipação sejam parte intrínseca

da sociedade, nessa mudança a educação assume um importante papel no processo de transformação.

A educação é dever do Estado, mas também envolve a participação e compromisso de um coletivo entre família, comunidade e alunos. Através do envolvimento de todos conseguimos avançar em defesa do ensino público, pressionando o estado a cumprir com o seu dever, garantindo uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

Segundo o Dossiê elaborado pelo Movimento dos Sem Terra- MST:

considerar a democracia como um princípio pedagógico significa dizer que , segundo nossa proposta de educação não basta os educandos estudarem e discutirem sobre ela; precisam também e principalmente, vivenciar um espaço de participação democrática, educando-se pela e para a democracia social(DOSSIÊ MST, 2005,p.193).

A conscientização das problemáticas é o ponto de partida para que o processo de pensar e agir diante do problema seja executado, como podemos tomar atitude sem ter a noção do que estamos lidando.

Não podemos negar a atualidade de certas categorias freireanas e marxistas, como a “dialogicidade” e “dialeticidade”, a validade de uma pedagogia dialógica ou da práxis. Marx, em *O Capital*, privilegiou as categorias hegelianas ‘terminação’, “concentração”, “necessidade”, “possibilidade”. A fenomenologia hegeliana continua inspirando nossa educação e deverá atravessar o milênio. (GADOTTI,2013, P. 34)

A reflexão embasada no pensamento crítico é o primeiro passo para colher os frutos do conhecimento, mas ela sozinha não é capaz de provocar transformações, é necessário a prática de ações e o movimento permanente sobre essa reflexão. Pensar as experiências práticas, além da curiosidade e ingenuidade, é necessário se envolver como parte dessa ação/reflexão, sendo o sujeito ativo sobre as múltiplas percepções.

2.2 Educação do Campo

O processo de colonização do Brasil evidencia o descaso com os povos do campo, que acarretou consequências na atual conjuntura do país. Vale destacar que a estrutura fundiária brasileira teve origem no monopólio da terra, na apropriação de território, nas invasões de terra, negação dos povos como sujeitos sociais. A história do Brasil é fundada nas lutas pela

terra e pela violência aos povos originários. Como afirma (BATISTA, 2008 P. 22) “A estrutura fundiária brasileira se apoia em relações de dominação e de exploração marcada pela escravidão, pela servidão pelo desrespeito aos direitos sociais, humanos trabalhistas”.

Através das experiências educativas promovidas pelos movimentos sociais dos povos do campo, se aprofundou debates a respeito da sociopolítica e da educação. As manifestações sempre em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade, também tinham como interesse a reafirmação da necessidade de uma reforma agrária, para o país e o povo brasileiro.

Esses movimentos demonstram também, o quão parcial e seletiva é a política pública de educação no Brasil, demonstram a contradição entre a declaração constitucional dos direitos sociais e a sua negação no concreto, no real. A negação dos direitos, negação da cidadania, aqui entendida como igualdade no gozo dos direitos civis, políticos e sociais, exercício efetivo dos direitos. (BATISTA, 1996, p. 143)

O avanço nas questões sobre a Educação do Campo começa na redemocratização instituída pela Constituição Brasileira de 1988, tendo continuidade na elaboração e implementação de reformas educacionais. Através de muita organização dos movimentos sociais foi incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a Educação do campo, reafirmando os direitos educacionais que devem ser garantidos ao povo do campo e suas precisão específicas. Esses princípios da Educação do Campo foram construídos pelos movimentos sociais do campo e suas organizações.

A LDB 9394 de 20 de dezembro de 1996 refere-se à Educação do Campo voltada para as comunidades rurais e no seu artigo 28 e seus incisos I a III trata: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

A preocupação com a “educação rural” por parte do Estado, a respeito da migração campo-cidade foi pautada pelo “atraso” sociocultural que era subjugado, então não se tinha uma preocupação em dialogar, refletir e discutir os verdadeiros problemas da educação referente ao campo. Algumas questões se fazem presentes nessa negligência sobre a educação dos povos do campo, tais como a concentração de terras, neoliberalismo e o poder político patriarcal. “Percebe-se que a educação escolar no Brasil como uma política social instituída pelo Estado, como uma política pública não está imune às contradições do Estado na sociedade capitalista, classista.” (BATISTA, 2008 p.28)

Essa “educação rural” tinha o propósito apenas de agregar mais mão de obra ao mercado, sendo de interesse da burguesia. No Brasil as expressões utilizadas para tratar os povos do campo estavam relacionadas ao pejorativo. As palavras enunciam as diferentes classes sociais, possuem significados histórico político e social. É necessário o reconhecimento do discurso discriminatório e preconceituoso sobre o sujeito do campo, apenas assim podemos despertar o olhar crítico sobre a história e seus fatos.

Essa ideologia construída sobre os povos camponeses tinha por trás uma intencionalidade: negar a existência das diversas culturas do campo para facilitar o processo de dominação de território e negar os direitos necessários para que exista uma sociedade que viva da terra e na terra, sem ter de se submeter a condições de desigualdades geradas pela selvageria das relações capitalistas que, passaram a exigir novas necessidades a partir desta década, iniciando um denso processo de êxodo rural. (GONÇALVES, 2022 p.10)

A partir das propostas dos movimentos sociais do campo, e também das experiências que vinham sendo desenvolvidas nos assentamentos, nas comunidades rurais, foram aprovados vários documentos definindo políticas para a educação do campo, sendo construída diretrizes e decretos da educação do campo, que evidenciam as especificidades dos sujeitos do campo, como a valorização dessa educação. Essa concepção de educação deve estar tanto nas escolas, quanto na formação dos professores do campo.

A concepção de uma educação para todos e a implementação da nova LDBEN n. 9394/96 em seu artigo 28 (BRASIL, 2002) se direcionou para educação do campo de maneira específica, estabelecendo normas para a “educação no meio rural”.

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 2002, p. 116).

Durante essa trajetória os movimentos sociais foram ganhando conquistas para a Educação do Campo, sendo elaboradas políticas normativas da Educação do Campo.

Destacam-se as seguintes definições políticas e normativas da educação do campo: a) Parecer CNE/CEB Nº: 36/2001 Diretrizes - Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; b) Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; c) Referências para uma política nacional de educação

do campo. Ministério da Educação Grupo permanente de trabalho de educação do campo. Caderno de Subsídios de 2003; d) Parecer CNE/CEB Nº: 23/2007 - orientações para o atendimento da Educação do Campo; e) Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo; f) Parecer CNE/CEB Nº 1/2006, trata de dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA); g) Decreto nº 7.352, de 4/11/2010 - Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. (BATISTA,2011 P.11/12)

Através do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), foi possível a reivindicação e concretização do curso de licenciatura em Pedagogia com área de Aprofundamento em Educação do Campo, sendo resultado dessa luta comprometida com uma educação do campo digna, fortalecendo e valorizando a formação de professores do campo.

O governo de Inácio Lula da Silva trouxe a esperança de que a Educação de Jovens e Adultos pudesse ser valorizada, tratada de forma adequada e com a urgência necessária. Foram desenvolvidas diversas iniciativas na área, tais como, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) ligada ao Ministério da Educação (MEC), e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) voltado à educação profissional técnica em nível de ensino médio. (FONTELLA,2010 p.6)

Os ataques aos programas, projetos e pesquisas que atendem os povos do campo afetam diretamente toda a sociedade, causando impacto no funcionamento das ações que já vem sendo desenvolvidas, ferindo e desrespeitando o interesse dos trabalhadores, às injustiças no decorrer da história referente aos povos do campo, da floresta e das águas deve ser reconhecido, promovendo ações para redução e retratação das violações sofridas. A terra é uma das questões principais, o valor da terra para os povos do campo não é equivalente ao da comunidade urbana, vejamos a situação dos indígenas que consideram a terra historicamente como sagrada, valiosa e portadora de poderes, a mãe terra, força maior e digna de respeito e cuidado.

Em realidade, somos filhos da Terra e do Cosmo e nos esquecemos disto. Trazemos em cada um de nós o mundo físico, biológico, social, cultural e espiritual que une tudo e a todos. Esta consciência de nossa materialidade comum exige uma mudança imediata em nossa visão de mundo, no sentido de superar o reducionismo, a fragmentação e a superatividade propugnadas pela ciência tradicional, com seus valores insustentáveis, nutridores de uma ética incompatível com as demandas atuais e cujas consequências destrutivas e catastróficas para o planeta são absolutamente inimagináveis. (MORAES, 2021 pg 3)

Os povos do campo constroem uma relação de pertencimento com a terra, percebendo-se como extensão desse sistema ecológico, dispostos a preservar o ecossistema. Sobre essa relação ainda temos muito a aprender com os povos originários. O sistema capitalista é o principal inimigo da terra, sendo o latifúndio a praga que contamina e devasta a terra e seus moradores. Grandes educadores carregam em seus discursos a importância da educação do campo, não apenas para os povos do campo, mas para a sociedade de maneira geral. “A reflexão sobre a situacionalidade é um pensar a própria condição de existir “. (FREIRE, 2005, p. 118).

Dos principais documentos normativos que definem a Educação do Campo, merecem destaque Decreto Nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010 está delimitado quem são os sujeitos do campo: § 1º - I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

O campo além do lugar de vida, cultura e identidade, também é lugar de luta, como podemos confirmar através dos conflitos históricos. Destaco alguns desses conflitos: O Quilombo dos Palmares, Ligas Camponesas, Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, Conflito do Contestado, Lutas dos Boias-frias, Movimento dos Atingidos por Barragens, MST, dentre outras e novas organizações do povo em prol da reforma agrária, a garantia de direitos e construção de novas políticas públicas. O latifundiário carrega em suas mãos papéis que contém a palavra terra, os povos do campo carregam a terra consigo, como força criadora de vida. O agronegócio como o próprio nome supõe a terra como um negócio, A grilagem de terra que conta com jagunços e pistoleiros destruidores de lar e promotores da violência, as milícias do meio rural, atualmente responsáveis pelos conflitos e pelo desmatamento. Mas os povos do campo resistem e carregam sementes, esperança e vida. Persistiremos plantando esperança e cultivando a utopia. Paulo Freire afirma que "a conscientização está

evidentemente ligada à utopia". Onde na nossa realidade nada está definido, mas sim em construção contínua, por isso podemos ser considerados promotores de ações transformadoras nesse presente momento.

Os quilombolas têm a terra como princípio de liberdade. Os assentados tem como um direito básico de qualquer ser humano. A terra na visão capitalista está mais relacionada ao valor real e ao status social.

É a estrutura de classes sociais que impede qualquer forma de distribuição das oportunidades educacionais entre todas as classes, marginalizando as classes subalternas da participação educacional, cultural e política “equitativa” e “democrática”. (FERNANDES, Revista ADUSP, 1995, p. 9)

A Educação do Campo sendo realizada de acordo com suas raízes, a comunidade tem direito de ter uma escola no lugar onde vivem, o povo tem direito a uma educação pensada em suas condições reais. O povo deve participar das decisões e ações vinculadas à sua educação.

A ausência de uma educação que valorize o povo e seu território contribui para a deslegitimação tanto da lei, como fere a identidade e existência de um povo. Sendo a Educação do Campo importante para que possamos revolucionar a realidade, através das múltiplas identidades, pois apesar de sermos seres únicos, desfrutamos de inúmeras culturas, saberes e identidades. A Educação do Campo valoriza a diversidade, através das ações e práticas pedagógicas que estimulem a criticidade do educando. Como afirma Freire (1974, p.40):

A práxis [...] é reflexão e ação dos humanos sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor oprimido. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na sociedade opressora, com que objetivando-a, simultaneamente, atuam sobre ela.

Trabalhar na perspectiva da Educação do Campo é estar atenta às especificidades dos estudantes, cujas as metodologias trabalham em função da sua cultura, tradição e história. Os momentos pedagógicos acontecem através do compartilhamento dos saberes já presentes na vida dos estudantes. Sendo a avaliação não apenas um diagnóstico do processo educativo, mas o acompanhamento da apropriação e exposição dos conhecimentos, responsável por apresentar aspectos que norteiam o percurso do ensino, atentando sobre as possíveis modificações na prática pedagógica.

Educação do Campo também é sinônimo de liberdade, no sentido educacional e político, ao valorizar os direitos humanos e compreender que somos seres únicos e diversos. Mas para que a educação do campo aconteça é necessário que a educação tenha a liberdade como prioridade. Sobre liberdade, afirma Freire (1991, p.50):

Penso que a liberdade, como gesto necessário, como impulso fundamental, como expressão de vida, como anseio quando castrada, como ódio quando explosão de busca, nos vem acompanhando ao longo da história. Sem ela, ou melhor, sem luta por ela, não é possível criação, invenção, risco, existência humana.

É necessário em nossa formação educacional, a continuidade de uma educação que problematize, questione e reflita com propriedade sobre a realidade, que possibilite a reflexão sobre a história do Brasil e as lutas e conquistas do povo, que leve em consideração o racismo estrutural presente no Brasil. Desta forma, é necessário ressaltar os sujeitos que fazem parte da luta por uma Educação do Campo de qualidade, para fazer com que seus direitos sejam respeitados e garantidos. Conforme cita a autora Batista (2006):

As lutas no campo brasileiro têm início com o processo de invasão e colonização portuguesa. Os movimentos se originaram dos conflitos em torno da luta por terra, mas também se rebelam contra relações sociais de produção marcadas pela exploração, pela dominação e degradação da pessoa humana, como a escravidão, contra a negação da cidadania, pelos direitos sociais trabalhistas, pelo reconhecimento das diferentes culturas. Essas múltiplas demandas envolveram diferentes sujeitos índios, negros, caboclos, agricultores, escravos, ferreiros, barqueiros. O que denota que a resistência dos povos oprimidos e despossuídos estiveram presentes ao longo da história brasileira, nos períodos colonial, monárquico e republicano e é um dos elementos da identidade política do povo. (BATISTA, 2006, p.1)

A Educação do Campo só se tornou uma realidade por consequência das lutas coletivas dos sujeitos do campo, que reivindicam (e continuam reivindicando) a garantia de escolas dentro de suas comunidades que estejam fundamentadas nos princípios relacionados à realidade e identidade do campo, sendo uma educação de construção político-pedagógica que reafirma as lutas e a função social das escolas no campo. Apesar da escolarização não ser o único meio onde a educação acontece, é um direito básico e deve ser garantido, mas que infelizmente ainda é muito desrespeitado. Chauí enfatiza que “um direito, ao contrário de necessidades, carências e interesses, não é particular e específico, mas geral e universal, válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais”. (2002, p. 334)

A Educação do Campo desabrochou através de uma luta por uma educação digna aos povos do campo, águas e floresta. A luta dos movimentos e organizações sociais por uma educação libertária, não é atual, o que vemos é um silenciamento das ações e projetos de uma educação pautada nos povos do campo. Educação capaz de propor e construir uma sociedade ativa e pensante, é uma luta desde a colonização até os dias atuais, os povos do campo reivindicam por respeito e direitos básicos, apresentando e afirmando as possibilidades reais para a construção democrática das políticas educacionais a partir do protagonismo do povo.

A consciência política do direito à Educação do Campo é resposta política que se alimenta da consciência de ter sido e continuar sendo, no padrão classista e racista de poder roubados de suas humanidades ao serem roubados, expropriados de suas terras, do seu trabalho, de sua produção da vida. Roubados em suas culturas, saberes, valores, identidades, ao serem roubados dos territórios, da terra matriz humanizadora.) (ARROYO, 2020, Pg.17 prefácio do dossiê Educação do Campo)

Portanto, a Educação do Campo deve ser entendida, dentro da luta de classes, como estratégia dos movimentos sociais e como direito fundamental a ser garantido pelo Estado. conforme ressalta Caldart (2020).

A defesa da Educação do Campo se justifica como uma ação afirmativa para correção da histórica desigualdade sofrida pelas populações do campo em relação ao seu acesso à educação básica e superior. Porém essa desigualdade tem determinantes históricos mais radicais e mais profundos: não é apenas desigualdade de acesso, mas da classificação dessas populações como diversas pelo padrão segregador do conhecimento, que é estruturante em nossa história política. A luta pelo conhecimento pressupõe a luta contra o padrão segregador de conhecimento (CALDART et al., 2012, p. 235).

Destacamos também a importância da inserção de profissionais qualificados e comprometidos com a Educação do Campo. Apesar da educação ser assegurada por lei, sendo dever do estado, no entanto, a Educação do Campo e os povos do campo sofrem ataques constantes. Esses ataques têm como objetivo evitar uma educação crítica libertadora, capaz de criar e recriar novas possibilidades de transformar a realidade e novos caminhos. Todos os sujeitos envolvidos no processo educativo estão na condição de criador e criatura, “reunião mútua e dialética da teoria e da prática educativas pela mesma pessoa, em uma mesma pessoa” (HOUSSAYE et al., 2004).

Segundo Caldart (2004), alguns traços considerados fundamentais na construção do projeto político-pedagógico e no currículo da Educação do Campo:

1. Formação humana vinculada a uma concepção de campo, 2. Luta por políticas públicas que garantam o acesso universal à educação, 3. Projeto de educação dos e não para os camponeses, 4. Movimentos Sociais como sujeitos da Educação do Campo, 5. Vínculo com a matriz pedagógica do trabalho e da cultura, 6. Valorização e formação dos educadores, 7. Escola como um dos objetos principais da Educação do Campo (CALDART, 2004, p.).

Em todas as práticas pedagógicas relacionadas à Educação do Campo podemos identificar elementos ligados à pedagogia do movimento Sem Terra definida por Roseli Caldart (2004): a pedagogia da luta social; Pedagogia da Organização Coletiva; Pedagogia da Terra; Pedagogia do Trabalho da Cultura; Pedagogia da Escolha; Pedagogia da História; Pedagogia da Alternância. A ideia do trabalho refletido nas práticas pedagógicas contribui para o fortalecimento e auto organização da classe trabalhadora, essa prática desenvolvida através do diálogo coletivo, nos diversos espaços. A relação do pensamento ligada a uma abordagem materialista histórica. Nesse sentido a proposta da Educação do Campo apresenta a luta é para a garantia do desenvolvimento cognitivo do ser humano através do processo de ensino, sendo a interação e mediação pedagógica sendo fundamental para o pleno desenvolvimento.

Sobre os princípios que orientam tanto o projeto político pedagógico das escolas do campo como suas práticas pedagógicas, envolve a concepção de mundo na Educação do Campo, entende-se que o ser humano é sujeito da história, não está colocado nesse mundo, mas está inserido no mundo, como uma estrutura viva sendo o ser humano parte desse dessa estrutura. A concepção a respeito da escola, sendo o local de apropriação de conhecimentos científicos construídos historicamente, não sendo delimitado ou restrito a algum modelo posto, mas sim construído, a escola é uma dimensão que habita vários pesquisadores, o lugar além. A concepção referente aos conteúdos e metodologias de ensino, sendo esses conteúdos interligados à realidade, não desassociados do mundo ou da escola da comunidade, tendo como prioridade a identidade do campo, o ensino é visto como a troca que acontece a todo momento, sendo assim essa construção acontece a cada instante, estamos sempre nesse processo permanente dos saberes, envolvendo a reflexão ação e reflexão dessas experiências. .

2.3 Práticas Pedagógicas

A prática pedagógica é uma prática social marcada pela intencionalidade da ação educativa, sendo composta por uma relação entre sujeitos do processo educativo. A construção das práticas pedagógicas envolve previamente o planejamento, metodologia e objetividade, sendo influenciada pelos conhecimentos e experiências dos sujeitos envolvidos nessa prática, no caso da prática pedagógica descrita por Freire deve ter um caráter revolucionário. Como afirma Franco (2015, p.613):

As práticas, para operarem, precisam do diálogo fecundo, crítico e reflexivo que se estabelece entre intencionalidades e ações. A retirada dessa esfera de reflexão, crítica e diálogo com as intencionalidades da educação implica o empobrecimento e, talvez, a anulação do sentido da prática educativa.

As práticas pedagógicas envolvem troca de saberes e conhecimentos entre professores e estudantes numa relação educativa assim como teoria e prática. Como ressalta Gonçalves (2022, p. 490)

O saber docente não é formado apenas da prática, a teoria tem a sua importância fundamental, porém através do dia a dia com os alunos conhecendo as suas realidades, o professor vai adquirindo perspectivas de julgamentos para a compreender os diversos cotidianos. a interação entre os saberes gera o desenvolvimento de uma prática pedagógica autônoma e emancipatória.

A prática pedagógica na perspectiva de Souza (2009, p. 9) devem ser entendidas como uma ação coletiva e como práxis, por isso ele entende que deva ser caracterizada como práxis pedagógica:

A práxis pedagógica enquanto ações coletivas institucionais, formalmente organizadas, num determinado contexto cultural, perseguindo determinada finalidade e vários objetivos (intencionais), bem como avaliadas e repensadas - por isso será mais adequado referir-se a ela como PRÁXIS.

Portanto, a prática pedagógica como uma ação social intencional realizada pela instituição escolar envolve uma complexidade com várias dimensões, como aponta Souza (2009, p.p. 11-12).

Enquanto ação social coletiva, realizada institucionalmente, conforma-se na prática docente, na prática discente, na prática gestora e na prática epistemológica e/ou gnosiológica com intencionalidades explícitas, assumidas coletivamente, permeadas por afetos (amores e ódios). Cada um dos pólos que a constituem conformam complexidades heterogêneas, diversificadas e singulares de sujeitos sociais (docentes, discentes e gestores) e de conteúdos/conhecimentos por meios de suas respectivas práticas (docente, discente e gestora) que se inter-relacionam para garantir o quarto pólo da complexidade: conhecimentos ou conteúdos (gnosiologia; epistemologia) a serem construídos ou trabalhados (conteúdos pedagógicos: educativos, instrumentais e operativos) por meio de programas, planos e projetos determinados institucionalmente.

Considerando essa complexidade a prática pedagógica na Educação do Campo, salienta-se a inserção de princípios que ressaltam a necessidade de se valorizar o trabalho, a terra, a cultura, os modos de produção da vida, a história, a memória e a identidade dos povos do campo sujeitos do processo educativo escolar.

Podemos destacar a importância de se refletir sobre a terra como espaço de bem viver no campo, como a relação com a terra é sagrada para os povos do campo, suas temporalidades, formas de produção, agricultura familiar orgânica são temas que devem estar presente no currículo como mediador das práticas pedagógicas.

Para tanto é importante que sejam utilizadas ferramentas metodológicas como temas geradores com temas que reflitam sobre problemas ou questões da comunidade, inventário de realidade, aulas de campo, entrevistas, pesquisas, produção e reprodução de vídeos, teatro popular de bonecos entre tantas outras estratégias que possam contribuir para o processo ensino-aprendizagem em escolas do campo assim caracterizada por Bizerra (2020, p. 105)

(...) as escolas do campo como um espaço que valoriza o modo de vida da comunidade local, seus costumes, e de uma proposta pedagógica pautada em uma construção coletiva, considerando o desenvolvimento sustentável local e suas relações com o global, refletindo de forma crítica as questões da comunidade e uma prática pedagógica, com ações que possibilitem alternativas para a valorização dos sujeitos, suas identidades e culturas. A luta pelo reconhecimento dessa escola do e no campo faz parte de uma das pautas de reivindicações dos sujeitos do campo, que resistem a um processo histórico de negação do seu espaço territorial de vida.

Essa interligação entre a educação e cultura é indispensável para uma educação que abrange as possibilidades de compreensão de novas lógicas, pensamentos e mundos, pois ela é inerente à formação do ser humano.

De modo concreto, a cultura inclui objetos, instrumentos, técnicas e atividades humanas socializadas e padronizadas de produção de bens, da ordem social, de normas, palavras, idéias, valores, símbolos, preceitos, crenças e sentimentos. Destarte, ela abrange o universo do mundo criado pelo trabalho do homem sobre o mundo da natureza de que o homem é parte. Aquilo que ele fez sobre o que lhe foi dado.(BRANDÃO, 2002, pg.37)

A educação e a cultura, se relacionam e devem ser interligados no processo de aprendizagem e vivência, porque viver é um aprender constantemente, estamos sempre em contato com novas informações e experiências. A cultura é composta de interações, conexão, ligações de relacionadas a temáticas diversas, com vertentes distintas. Assim, ela deve ser parte de uma práxis educativa que se pretende revolucionária.

A práxis educativa revolucionária deveria dar conta de reintegrar as diversas esferas da vida humana que o modo de produção capitalista prima por separar, ou seja, uma educação omnilateral, que trabalhe em suas práticas as várias dimensões da pessoa humana (DOSSIÊ MST ESCOLA, 2005, p. 163).

Portanto, trabalhamos neste capítulo as três categorias analíticas que são centrais para a compreensão da realidade do nosso tema de pesquisa que se refere às práticas pedagógicas da Escola Albino Pimentel.

3 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ESCOLA ALBINO PIMENTEL: CULTURA E PROTAGONISMO

Este capítulo analisa as práticas pedagógicas da Escola Albino Pimentel, para tanto fizemos uma caracterização do território Gurugi/Ipiranga onde está localizada a escola, em seguida foi feita uma caracterização da Escola e por fim analisamos as práticas pedagógicas desenvolvidas, estabelecendo uma relação com a Educação do Campo.

3.1 Caracterização do Território Gurugi/Ipiranga

Para refletir sobre as práticas pedagógicas da Escola Albino Pimentel destacamos alguns aspectos importantes sobre o território quilombola, onde a escola está situada. O conceito de território não se limita apenas ao espaço territorial, ele abrange também as relações sociais, políticas, culturais e de identidade.

Com os movimentos abolicionistas que vinham acontecendo no mundo e na América Latina a exemplo da Revolução Haitiana (1791-1804), a coroa portuguesa sabia que esse movimento abolicionista em algum momento iria se consolidar também no Brasil, para evitar que os povos escravizados pudessem ter o acesso à terra, antes mesmo da abolição, o império brasileiro legalizou a propriedade privada para apenas quem pudesse comprar, que dado o contexto seria apenas os senhores de engenhos. A Lei de Terras nº 601 de 18 de setembro de 1850, funcionou como um dispositivo legal que dava suporte à lógica do monopólio de terras e da propriedade privada, o propósito sempre foi manter a estrutura de opressão e negação dos direitos para o povo negro, nesse caso o acesso a terra. Essa lei foi a primeira determinação sobre o funcionamento de propriedade privada no Brasil. A terra regulamentada para a manutenção da estrutura racista.

Ao largo da exploração escravista da força de trabalho do negro, crescia uma massa de camponeses explorados violentamente pelo latifúndio, privados do direito à terra. Pois com a iminência do fim da escravidão, quando a monarquia, em 1850, decretou a primeira Lei de Terras do Brasil que regulamentou a propriedade privada da terra, alijou os ex-escravos, índios e demais camponeses do acesso à terra, pois somente permitia a aquisição

mediante a compra e eles não dispunham. Esse fato contribuiu para consolidar o sistema fundiário baseado na grande propriedade e o poder político da oligarquia agrária. (BATISTA, 2006, p.9).

As lutas pelo território das populações afrodescendentes remonta ao período da colonização quando contingentes de povos africanos foram arrancados de seus territórios e traficados sendo trazidos para o trabalho escravo no Brasil onde sofriam todo tipo de violência e exploração. Uma das principais formas de luta foi a organização de comunidades chamadas de quilombos, onde estabeleciam sociabilidades autônomas nas quais produziam e distribuíam o produto de trabalho de forma igualitária e onde podiam vivenciar suas culturas. Desde então as comunidades remanescentes dos quilombos vem lutando para que suas terras sejam reconhecidas e tituladas.

Conforme Munanga (1995) a origem da palavra quilombo é africana:

o quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire (MUNANGA, 1995, p.58)

Esse mesmo autor também faz referência à semelhança entre o quilombo brasileiro e o africano como observamos na citação abaixo:

Pelo conteúdo, o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil (MUNANGA, 1995, p.63)

Esses territórios assumiram um caráter social, de produção, de resistência e de organização visando a defesa do território. Embora tenham se iniciado com os escravos em fuga na sua constituição foram abrindo índigenas, brancos e caboclos constituindo num espaço democrático plurirracial.

As lutas do povo negro pela garantia da terra só foram reconhecidas com a Constituição Federal de 1988, no Art. 68 das ADCT - ato das disposições constitucionais transitórias assim reconheceu o território quilombola:

O Território Remanescente de Comunidade Quilombola é uma concretização das conquistas da comunidade afrodescendente no Brasil, fruto das várias e heróicas resistências ao modelo escravagista e opressor instaurado no Brasil colônia e do reconhecimento dessa injustiça histórica. Embora continue presente perpassando as relações socioculturais da sociedade brasileira, enquanto sistema, o escravagista vigorou até 1888 e foi responsável pela entrada de mais de 3,5 milhões de homens e mulheres prisioneiros oriundos do continente africano – embora haja discrepância entre as estimativas apresentadas. Além de oriundos dos antigos quilombos de escravos refugiados é importante lembrar que muitas das comunidades foram estabelecidas em terras oriundas de heranças, doações, pagamento em troca de serviços prestados ou compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição.

Outra conquista do ponto de vista legal se dá com a aprovação do Decreto 4.887/2003, no qual no Artigo 2º, § 2º rege que “são terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”.

Ao longo da história o quilombo foi visto por um olhar estereotipado, descrito apenas na visão do colonizador, uma visão limitada, preconceituosa e errônea do que verdadeiramente é um quilombo. Essa ideia de restringir o quilombo como lugar formado por fugitivos, sendo aludido como algo do passado, faz parte de uma manobra desse sistema neoliberal para silenciar e distorcer a história, visando também o apagamento das lutas e dos líderes. Recentemente diante dessa problemática o termo remanescente foi debatido, pois o quilombo não é apenas remanescente, ele é presente. As comunidades quilombolas possuem suas próprias formas de organização e modo de viver. Negros e indígenas praticando atividades agrícolas e culturais dentro do quilombo, como também compartilhavam suas tradições e cultura. É necessário desconstruir a noção de quilombo que está fundamentada em conceitos distorcidos, também é necessário atentar para as questões ainda silenciadas na sociedade brasileira, como o direito à terra, o racismo ambiental e demográfico, todos esses pontos estão correlacionados infelizmente através da violência e opressão.

Portanto a construção dessa identidade quilombola deve contemplar conceitos que envolvem a territorialidade, promovendo uma melhor compreensão das relações do quilombo e território, a capacidade do sujeito se situar no espaço, compreendendo o quilombo e sua simultaneidade de acontecimentos. O quilombo como espaço de construção do saber, a partir da própria identidade quilombola.

Desde os primórdios, o território da Paraíba era ocupado pelos povos originários que habitavam desde a região do litoral até o interior do estado. A partir da colonização com a implantação do modelo agrário exportador as terras foram expropriadas e transformadas em latifúndios, para a plantação da cana de açúcar e produção do açúcar para exportação. Desde então o povo quilombola da Paraíba, vem lutando para a garantia dos seus direitos, e pela dívida histórica ligada à escravização do povo preto, quais as consequências dessa escravidão se fazem presente na estrutura atual da nossa sociedade. A Luta para que permaneçam em seus territórios após todo o processo de violência sofrido.

Os conflitos por terra são lutas políticas que exigem a ocupação da terra como espaço de trabalho, sobrevivência, a terra como espaço de vida de cultura, que querem atribuir uma outra territorialidade diferente daquela do capital, do latifúndio, da exploração, da cultura mercantil, da exaustão da natureza. Eles querem desterritorializar o espaço da grande empresa, do agronegócio e configurar um novo território da agricultura familiar, da pluricultura, do trabalho solidário, da cooperação, da solidariedade (BATISTA, 2008, p.21).

Destaco as grandes e importantes lutas pela terra ocorridas no território paraibano, que surgiram como uma resposta à opressão do latifúndio. Como afirma Silva:

[...] grandes conflitos sociais rurais, como também com o assassinato do líder das ligas camponesas, João Pedro Teixeira (1962), e da líder sindical do município de Alagoa Grande-PB (brejo paraibano), Margarida Maria Alves, em 1983 (SILVA, 2011, p. 97).

A luta desses líderes, como a de muitos outros, era pela luta pela terra, sustentabilidade, respeito, direitos humanos e cidadania. Essa perseguição e violência se faz presente desde o Brasil colônia até os dias atuais. Não sendo diferente no território do Conde-PB.

As terras onde se situam os territórios de Gurugi e Ipiranga pertenciam ao território da antiga sesmaria de Jacoca que corresponde ao município do Conde formada pela as duas sesmarias que haviam sido doadas aos indígenas Tabajaras aldeados nesse território. Grande parte das terras foram griladas pelas famílias Lundgren no início do século XX. Essa família possuía grandes extensões de terras de Pernambuco até o Rio Grande do Norte seu poderio econômico e político se estendia por parte da Zona da Mata Paraibana e Pernambucana. Em 1949, a família se desfaz de algumas propriedades no Litoral Sul, a exemplo das porções territoriais do Gurugi II e Barra do Gramame, vendida à família Pimentel, a qual divide a

propriedade em duas fazendas que foram repassadas a Nelson Albino Pimentel e a Nilson Pimentel (2015, p.186).

A população negra e os indígenas ocuparam as terras devolutas ou moravam nas fazendas no sistema moradia de condição em que pagavam foro para obter o usufruto da terra. A conquista do território do Gurugi/Ipiranga foi marcada por lutas, enfrentamentos, despejos, intimidação, mortes, destruição de roçados e moradias por parte dos donos de terra. Mas o povo resistiu, permaneceu na terra, organizou-se com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e permaneceu no território, conforme consta no PPP da escola Albino Pimentel (2022, p. 8).

Historicamente, o território Gurugi foi habitado pelos indígenas da tribo Tabajara, em seguida, com o início da escravidão do povo africano no Brasil, pelos negros que resistiram ao sistema escravocrata. Localizada entre o Vale do Rio Gurugi e do Rio Gramame, litoral Sul paraibano, essa comunidade foi palco de intensos conflitos, um marco de lutas sangrentas dos camponeses pela posse da terra, culminando na morte de líderes da comunidade, a exemplo de Severina Rodrigues da Silva, nascida em 11 de Setembro de 1933, assassinada em 30 de março de 1989, conhecida como Dona Bila, José Avelino conhecido como Zé de Lela, falecido em 29 de dezembro de 1988. Essa luta é reveladora dos desafios que remetem à questão agrária, uma luta de classes. Seus protagonistas ao se posicionarem frente à exploração dos grandes latifúndios, opõem-se à manutenção de um território tomado por meio de um processo histórico de espoliação.

A luta pela terra se fez e ainda se faz presente no território, essas violências cometidas contra a comunidade do quilombo Gurugi/Ipiranga, estão diretamente relacionadas com a luta de classe, resultante do modelo agrário estruturado pelo latifúndio, pela produção de monoculturas voltadas para exportação e pelas relações sociais de produção marcada pela escravidão, exploração, dominação e pela violência da burguesia latifundiária que ataca a comunidade desde para garantir a propriedade nas mãos das elites. Até atualmente no território encontram-se grandes indústrias que poluem o rio e contaminam o solo, além de conflitos entre empresários e povos pelo direito à terra. O território paraibano não foi diferente dos outros estados do país, invasões sucedendo a expulsão e até extermínio dos povos originários de etnias distintas. Apesar da violência no território paraibano, encontram-se os povos quilombolas e indígenas da etnia Potiguara e os Tabajara, que resistiram e lutaram pelo seu território, cultura e identidade.

Destacamos a cultura, que apesar de tanta violação conseguiu permanecer viva após tanta perseguição, dentre as mais variadas manifestações culturais. A luta pelo seu reconhecimento como uma comunidade quilombola e os direitos que fazem jus à constituição

de 1988. A falta de reconhecimento da terra dos quilombolas tem como consequência a marginalização social, econômica e política.

No ano de 2022 pela primeira vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) recenseou a população quilombola e visitou todas as localidades e comunidades do país, buscando retratar sua realidade e apresentar dados relevantes. Sendo uma conquista alcançada através de muita luta da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a inclusão de mais um grupo de povos e comunidades tradicionais do Brasil, o grupo quilombola. Sendo importante para a estruturação de políticas públicas, e garantia de direitos dos quilombolas. Em 2022, serão recenseadas 5.972 localidades e 2.308 agrupamentos quilombolas, reunidos em 3.452 setores censitários definidos pela cartografia do IBGE.

A Comunidade Ipiranga onde a escola está localizada, recebeu a Certidão de Auto-Reconhecimento, através da República Federativa do Brasil, Ministério da Cultura e Fundação Cultural Palmares, a fundação foi criada pela lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988, Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro, citado abaixo.

“O Presidente da Fundação Cultural dos Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988, art 2º, § e 2º, art. 3º § 4º do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro 2003, que regulamenta o procedimento para identificação e titulação, reconhecimento, delimitação demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, § 1º a 5º da Constituição Federal de 1988 Certifica que a Comunidade Ipiranga, localizada no município do Conde Estado da Paraíba, registrado no livro de cadastro no livro de cadastro geral nº 6, Registro nº 688, fl 198, nos termos do decreto supramencionado e da portaria Interna da FCP nº 06, de 01 de março de 2004 Publicada no Diário Oficial da União nº 43, de 04 de março de 2004, Seção 1 f. 07, É Remanescente das Comunidades dos Quilombos.”

Os diferentes povos do campo desenvolvem luta pela terra desde o processo de colonização brasileira, buscando conquistar seu território enquanto espaço de vida, de trabalho e de resistência, entre esses o povo quilombola, como ressaltam Fernandes e Molina (2004, p. 36):

Esse fazer-se é produzir seus próprios espaços. Essa é a prática dos seringueiros e castanheiros, enquanto resistem lutando pela preservação da floresta, na manutenção de seus territórios e seus modos de vida. Igualmente é a prática dos pequenos agricultores, dos camponeses, dos agricultores

familiares que lutam para permanecer na terra. Também é dos quilombolas que secularmente lutam para manter sua cultura e seu território.

A educação quilombola e a Educação do Campo são conceitos que possuem objetivos em comum, apesar das suas especificidades. Sendo um dos exemplos em comum, a valorização da terra, enxergada como parte primordial de sua cultura e identidade. A terra é compreendida pelos povos do campo como parte desse conjunto de elementos que compreendem o modo de vida.

3.2 Caracterização da Escola

A escola José Albino Pimentel fica localizada entre dois quilombos, o Ipiranga e o Gurugi, em frente da estrada da rodovia estadual PB 018, Conde, PB que faz uma ligação da entrada do município de Conde na BR-101 que é uma rodovia longitudinal brasileira, ao litoral do município do Conde, sendo uma importante via que passa por toda cidade. Ao redor da escola muitos pés de fruta, e casas de moradores com suas plantações.

O nome da Escola José Albino Pimentel, faz menção à família Pimentel, grande latifundiária dona das terras onde estão localizados os quilombos Gurugi/Ipiranga. Essa homenagem ao latifundiário que foi motivador dos conflitos enfrentados pelas populações aí residentes, demonstra uma contradição, uma vez que a escola está situada dentro de uma comunidade quilombola, que tem uma história de luta e resistência para conquistar o direito a terra, resultado do conflito gerado pelos fazendeiros, sendo uma homenagem no mínimo equivocada. Uma escola que demonstra um grande despertar para a consciência crítica, que deslumbra uma riqueza cultural, e além de tudo valoriza a luta dos antepassados, sendo distante das ações realizadas pelo latifundiário José Albino Pimentel.

Figura -1 Localização da Escola



Fonte: Google Maps, 2022

Essa figura 1 apresenta a localização da escola, em frente à estrada principal do município, e que também representa o limite entre o quilombo Ipiranga situado no lado direito onde está a escola e do outro lado a comunidade Gurugi. Este enquadramento permite também uma maior dimensão da paisagem ao redor da escola.

Figura -2 Fachada da Escola



Fonte: Autora, 2022

A estrutura física da escola dispõe de sete salas de aula, uma secretaria, uma Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), dois almoxarifados, um banheiro dos professores, dois banheiros dos estudantes, uma brinquedoteca e um refeitório. A escola tem seu horário de funcionamento nos turnos manhã: 7hs às 11hs e tarde: 13hs às 17hs

A escola Albino Pimentel, no ano de 2022, possui três professores da educação infantil e oito do Ensino fundamental anos iniciais, somando um total de treze professores. Referente ao quadro de funcionários, a escola possui uma gestora escolar, uma gestora adjunta,

um agente administrativo, um auxiliar de serviço, um vigilante, uma supervisora, três auxiliares de serviço, duas merendeiras e um inspetor escolar, somando um total de doze funcionários.

A EMEF José Albino Pimentel atende estudantes da comunidade Gurugi/Ipiranga e de comunidades adjacentes, com diversidade de famílias de assentados, agricultores, indígenas e quilombolas, contando com 247 estudantes matriculados em 2022, distribuídos da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental.

A escola atualizou seu Projeto Político Pedagógico em 2022, contando com a participação da comunidade escolar e representantes da comunidade local conforme relata o documento:

Partindo desse entendimento, a revisão do Projeto Pedagógico da EMEIEF José Albino Pimentel contou com a efetiva participação da equipe pedagógica, discentes, diretoras, professores, supervisores, pesquisadores e funcionários, além de representantes de associações, conselho da escola e grupos locais, assegurando assim, um espaço democrático de permanente reflexão. Com um cronograma definido, reuniões mensais, dentro do espaço escolar, oportunizou o avanço no processo de reconstrução desse importante instrumento (PPP, 2022, p. ???).

O PPP projeto político-pedagógico de escolas no/do campo é fundamental para se constitui em um documento que define o projeto da escola, seus objetivos, o currículo a concepção e a finalidade da educação na direção da formação humana dos sujeitos do campo, Caldart (2003), p.66) escreveu :

(...) ajudar a construir escolas do campo é, fundamentalmente, ajudar a constituir os povos do campo como sujeitos, organizados e em movimento. Porque não há escolas do campo sem a formação dos sujeitos sociais do campo, que assumem e lutam por esta identidade e por um projeto de futuro. Somente as escolas construídas política e pedagogicamente pelos sujeitos do campo conseguem ter o jeito do campo, e incorporar neste jeito as formas de organização e de trabalho dos povos do campo.

Sendo assim, os PPPs das escolas do campo deve prever, conforme o Decreto Decreto 7.352 de 4/11/2010, artigo 2º IV:

valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas (BRASIL, 2010, p.1).

O PPP da EMEF José Albino Pimentel (2022) faz referência aos princípios da II Conferência nacional por uma Educação do Campo e à legislação da Educação do Campo (Resolução CNE/CEB 1/2002, Decreto 7.352 de 4/10/2010) e às diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica emanadas da Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, considerando que está localizada numa comunidade quilombola.

Além disso, discrimina a organização do tempo escolar, a oferta e os horários de funcionamento:

(...) organiza seu tempo escolar de forma seriada, sendo os conhecimentos historicamente acumulados, ministrados sequencial, por meio de áreas de conhecimentos vinculadas aos segmentos Educação Infantil e Ensino Fundamental, anos iniciais (1º ao 5º ano), distribuídos nos turnos manhã e tarde: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Sala AEE (Atendimento Educacional Especializado). A escola tem seu horário de funcionamento nos turnos manhã: 7hs às 11hs e tarde: 13hs às 17hs, tempo em que contempla todas as atividades e práticas pedagógicas desenvolvidas na escola (PPP, 2022, p. 9).

No PPP da escola é disponibilizado o número de estudantes matriculados no ano de 2022. Os estudantes estão distribuídos em dois turnos, manhã e tarde e estão distribuídos em três turmas de Educação Infantil, três turmas de 1º ano, duas turmas de 2º, 3º e 4º anos e uma turma de 5º ano. No gráfico a seguir se apresenta a distribuição dos estudantes por ano.

Ao se somar todos os estudantes de todos os anos e turnos temos um total de duzentos e quarenta e sete (247) estudantes, sendo quarenta e cinco 45 matriculados na Educação Infantil, quarenta e oito (48) no 1º primeiro ano, quarenta e dois (42) no 2º segundo, quarenta e sete (47) no 3º terceiro, trinta e seis (36) no 4º ano e vinte e nove (29) estudantes no 5º ano, como mostra o quadro 1. Nota-se que é uma escola que tem uma demanda razoável e que por sua localização em uma comunidade que concentra muitas famílias e tem um grande número de crianças em idade escolar. Além disso ela atende às comunidades circunvizinhas.

Quadro 1 - Quadro Quantitativo de Alunos, turma, turno.

Nº alunos	Turma	Turno
12	Educação Infantil I	Tarde
17	Educação Infantil II	Manhã
16	Educação Infantil II	Tarde
15	1º ano A	Manhã
18	1º ano B	Tarde
15	1º ano C	Manhã
24	2º ano A	Manhã
18	2º ano B	Tarde
24	3º ano A	Manhã
23	3º ano B	Tarde
18	4º ano A	Manhã
18	4º ano B	Tarde
29	5º ano A	Manhã

Fonte: PPP da Escola Albino Pimentel, 2022, p. 11

Como podemos observar no quadro acima os estudantes matriculados estão distribuídos nos turnos da manhã e da tarde em três turmas de Educação Infantil, três turmas de 1º ano, duas turmas de 2º 3º, 4º anos e uma turma de quinto ano, o que denota uma grande demanda de matrículas da escola e uma média boa de estudantes por turma o que facilita o trabalho docente. A seguir vemos o quadro que apresenta uma síntese da distribuição do quantitativo de estudantes por ano de ensino.

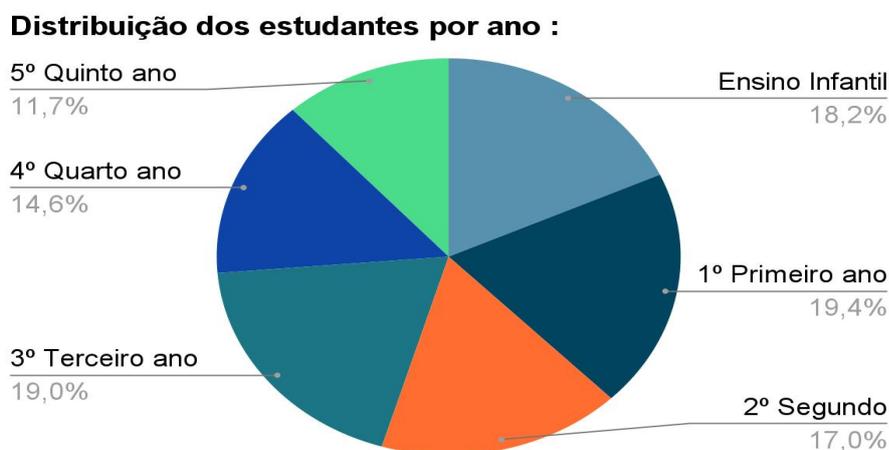
Quadro 2 - Síntese da distribuição de estudantes matriculados por ano

Estudantes por ano	Número de estudantes	%
Educação Infantil	45	18,22
1º Ano Ens. Fundamental	48	19,43
2º Ano Ens. Fundamental	42	17,00
3º Ano Ens. Fundamental	47	19,04
4º Ano Ens. Fundamental	36	14,57
5º Ano Ens. Fundamental	29	11,74
TOTAL	247	100

Fonte: PPP da Escola Albino Pimentel, 2022, p. 11

Observa-se que na Educação Infantil e até o 3º o número de estudantes é proporcionalmente equilibrado. No entanto, no 5º ano há uma redução acentuada de cerca de 8% se comparado com as matrículas no 1º ano.

Gráfico 1 -Distribuição dos estudantes por ano



Fonte: Gráfico elaborado pela autora referente aos dados do PPP da escola, em 2022.

Como podemos observar através do gráfico acima, a escola tem uma boa relação de estudantes para cada professor, sendo ideal para um bom aproveitamento, mas podemos notar a partir dos dados do PPP referente à distribuição do número de estudantes por turma, podemos perceber uma queda no quantitativo de alunos ao avançar das séries. Temos o 1º ano com 19,4% dos estudantes, enquanto o 5º tem 11,7% sendo assim é perceptível a desigualdade na distribuição dos alunos. Acontecendo assim um afunilamento da oferta nos últimos anos do Ensino Fundamental. Esse fator influencia a organização da escola sobre os níveis de escolaridade e a oferta do ensino para os alunos no Fundamental II.

3.3 As práticas pedagógicas da Escola Albino Pimentel

A escola Albino Pimentel desenvolve práticas pedagógicas tradicionais relacionadas à política oficial de educação traçadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo município, envolvendo especialmente o projeto Aprender pra valer. E concomitante a isso, a escola vem desenvolvendo um conjunto de práticas pedagógicas alternativas como parte da autonomia da escola que envolvem o protagonismo dos Estudantes e a cultura local, fortalecendo a identidade da diversidade de povos habitam na comunidade assentados, Indígenas, Pescadores, Quilombolas e agricultores familiares. A seguir apresentamos essas práticas.

3.3.1 As práticas pedagógicas tradicionais

Na direção das práticas pedagógicas tradicionais a escola segue atendendo ao previsto na BNCC e a matriz curricular constante no PPP da escola com os seguintes componentes curriculares na educação infantil: Linguagem oral e escrita; Natureza e sociedade; Pensamento lógico matemático; Movimento, Musicalização. No Ensino Fundamental anos Iniciais do 1º ao 5º ano temos: Matemática, História, Geografia e Ciências.

A escola adota o projeto definido pelo município o Educar para Valer que agora se chama Tempo de Aprender, que faz parte de uma organização sem fins lucrativos, e, subsidiada pela Fundação Lemann, que tem como prioridade trabalhar apenas os componentes de Língua Portuguesa e Matemática.

Programa Educar Tempo de Aprender

O Programa Educar para Valer se propõe a contribuir com 50 municípios brasileiros que queiram empreender mudanças na gestão pública, educacional e pedagógica, capazes de garantir o ingresso, a frequência regular e a permanência de suas crianças na escola, que conquistem os níveis de aprendizagem esperados para sua série e idade. O Educar pra Valer é um programa da Associação Bem Comum que surgiu em 2018. A ideia do programa é oferecer boas práticas de gestão pública com apoio técnico, ajudando secretarias de educação e suas escolas no avanço da aprendizagem. O programa se concentra no ensino de Matemática e Português com foco no domínio da leitura, para o que ele estabelece padrões de desempenho que os estudantes devem atingir: abaixo do básico, intermediário e adequado que é medido por avaliações que são realizadas a cada etapa

O projeto tem uma metodologia e um conjunto de atividades preestabelecidas que devem ser seguidas pelos professores. Ele dispõe de materiais didáticos, uma ficha de acompanhamento de leitura e contém também um sistema informatizado que deve ser atualizado todos os dias pelo site. Tudo sistematizado para garantir a eficácia do ensino-aprendizado seguindo a BNCC e o SAEB Sistema de Avaliação da Educação Básica.

No que se refere ao ensino de Língua o programa tem um conjunto de descritores que requerem do leitor habilidades linguísticas essenciais à compreensão de textos de gêneros variados. É esperado que o leitor desenvolva algumas competências e procedimentos de leitura, dentre elas, destacam-se: D1 – Localizar informações explícitas em um texto; D3 –

Inferir o sentido de uma palavra ou expressão; D4 – Inferir uma informação implícita em um texto; D6 – Identificar o tema de um texto; D11 – Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato. Os estudantes são treinados em leitura e são avaliados mensalmente para verificar se atingem as competências. Nessa avaliação o estudante recebe um texto para ler em até 50 segundos para que seja definido seu perfil de leitor enquadrado em quatro padrões de desempenho estabelecidos para o Programa Educar pra Valer: abaixo do básico, básico, intermediário e adequado.

Como exemplo apresentamos o que o programa define como domínios e competências e escalas de proficiência na avaliação da leitura do 5º ano (Educar pra valer 2018, p. 20):

- 1 Domínio apropriação do sistema da escrita - competências: identificar letras, reconhecer convenções gráficas; manifestar consciência fonológica; ler palavras.
- 2 Domínio - estratégia de leitura: localizar informação; identificar tema; realizar inferência; identificar gênero, função e destinatário de um texto.
- 3 Domínio processamento do texto: estabelecer relações lógico-discursivas; identificar elementos de um texto narrativo; estabelecer relações entre textos; distinguir posicionamentos; identificar marcas linguísticas.

Além disso, de acordo com (2019, p.7-8) o programa educar Pra Valer tem algumas rotinas semanais:

as atividades no horário pontualmente; divisão do horário escolar priorizando língua portuguesa e matemática; demarcação 30 minutos diários para outros conteúdos e outras disciplinas; trabalho de fluência de leitura todos os dias; cronometragem do tempo de leitura dos alunos; avaliação da leitura diária dos alunos em quesitos como prosódia, precisão e tempo; aula de matemática todos os dias; trabalho diário com dois ou mais textos; trabalho com caderno de atividades que priorizam os descritores das matrizes de referência e projetados no estilo prova objetiva de múltipla escolha; estrito controle de ausência dos alunos; realização de avaliações bimestrais para averiguação dos rendimentos dos alunos em leitura fluente em Língua Portuguesa e Matemática .

Os textos utilizados para leitura em geral são deslocados da realidade dos estudantes e seguem rotinas que não possibilitam reflexões ou contextualização dos conteúdos com a realidade.

Esse programa faz parte das estratégias privatistas da política de educação neoliberal incentivadas pelas parcerias público-privadas que tem como objetivo atrelar a educação às

avaliações e aos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) com vistas a distribuir incentivos baseados nos resultados de avaliação de larga escala, inserindo a competição e concorrência entre escolas e o controle da prática pedagógica dos docentes. Conforme aponta Luiz Carlos Freitas em seu blog Avaliação Educacional.

Talvez estejamos diante da configuração de uma das maiores máquinas de pressão sobre Estados e Municípios. Os atingidos diretamente por estas políticas serão os professores e os estudantes que estão no final da escala de pressão. O prejuízo à autonomia do magistério, que precisa dela para lidar com a diversidade de desempenhos no interior da sala de aula, será ampliado, especialmente quando combinado com a nova moda do ensino híbrido ancorado em plataformas de aprendizagem (FREITAS, 2022, p.).

Na perspectiva dessa política a nota é considerada sinônimo de educação de qualidade. Ela é focada em Língua Portuguesa e Matemática e negligencia as demais disciplinas do currículo escolar, ela se direciona para treinar os estudantes para se sair bem nas provas e melhorar o índice da escola e do município como se fosse sinônimo de qualidade da educação e desconsidera outras dimensões da formação dos indivíduos reduzindo a educação a instrução.

Projeto Virada Educação

O projeto Virada Educação foi promovido pela secretaria de educação e sua primeira edição foi em 2017, inspirado em um projeto iniciado em São Paulo e em outras localidades. A proposta de realização da Virada Educação teve como objetivo promover e fortalecer o território educativo do Gurugi-Ipiranga como local de prática e experiência, contemplando e valorizando uma série de outros saberes. As atividades da Virada são realizadas de forma voluntária a partir da adesão espontânea de pessoas interessadas em compartilhar experiências e saberes e são oferecidas gratuitamente para a comunidade². A programação incluiu diálogos, vivências, oficinas, trilhas, mostra de filmes e apresentações artísticas.

Abaixo um registro do projeto Virada Educação realizado na escola albino Pimentel.

² **Conde realiza Virada da Educação em escolas de comunidade quilombola.** Publicado por: **A Redação** em 24/10/2017 às 17:16. disponível em: <https://www.polemicaparaiba.com.br/paraiba/conde-realiza-virada-da-educacao-em-escolas-de-comunidade-quilombola/>

Figura -3Virada da Educação



Fonte: Rede social da escola, 2017

3.3.2 As práticas pedagógicas da escola: dialogando com a Educação do Campo e quilombola

A escola Albino Pimentel desenvolve práticas pedagógicas relacionadas aos princípios da Educação do Campo e Educação Quilombola, entre as quais destacamos os projetos da educação do campo: Clamores Antigos, que envolve o Teatro Popular de Bonecos, Coco de Roda e Maculelê e o Projeto Jornal Mural onde os alunos produzem seu próprio jornal com notícias que abordam a realidade da comunidade. Essas práticas pedagógicas desenvolvidas na escola envolvem a participação e protagonismo dos estudantes, tais projetos foram criados e desenvolvidos pelos próprios estudantes e professores, sendo assim projetos de originalidade.

A Educação quilombola tem seus princípios que se aproximam da Educação do Campo uma vez que propõe o respeito e a valorização da cultura, dos modos de produção da vida, o protagonismo dos estudantes nas práticas pedagógicas entre outros.

A Educação Quilombola foi reconhecida como modalidade de educação pela Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e explicitada pela Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, a qual no Art. 1º, §1º diz que ela deve ter sua organização fundamentando-se, informando-se e alimentando-se dos seguintes princípios:

- a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de

produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade.

Projeto Clamores Antigos

O Projeto Clamores Antigos surgiu no ano de 2013, através de ações do professor Manoel Cosmo da Silva, com o intuito de trabalhar a ludicidade e o pensamento crítico, pautado na Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08. O PPP da Escola Albino Pimentel (2022, pg. 22) acrescenta:

O grupo Clamores Antigos surgiu de forma espontânea a partir de um trabalho com teatro de fantoches desenvolvido pelo professor Manoel Cosmo com seus alunos sobre aspectos culturais e históricos da comunidade quilombola Ipiranga-Gurugi. A partir das demandas das crianças que passaram a conhecer de origem da comunidade, o grupo incluiu nas apresentações do teatro de bonecos a dança e a música africana, como o coco de roda, o maculelê e a música de tambor, sendo esses últimos a principal expressão cultural do grupo atualmente. O grupo é formado por crianças na faixa etária dos 6 aos 13 anos, alunos e ex-alunos da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José Albino Pimentel.

Nesse território quilombola do Gurugi/Ipiranga onde a escola albino Pimentel, está situada, o projeto Clamores Antigos mantém uma relação com os aspectos históricos e identitários do povo negro. O projeto Clamores Antigos o professor Manoel Cosmo juntamente com os estudantes utiliza do teatro de bonecos para trabalhar sobre aspectos culturais e históricos da comunidade quilombola Ipiranga-Gurugi. O grupo clamores antigos se apresenta em outras escolas e nos diversos espaços da comunidade, também se apresentando quando é convidado. As atividades desse projeto são desenvolvidas durante todo o período letivo, os ensaios para apresentação das peças acontecem duas vezes por semana no pátio da Escola, sendo no horário depois das aulas. Nesse projeto é desenvolvido o Teatro Popular de bonecos, as danças populares de maculelê e coco roda.

A partir das demandas das crianças que passaram a conhecer de origem da comunidade, o grupo incluiu nas apresentações do teatro de bonecos a dança e a música africana, como o coo- de-roda, o maculelê e a música de tambor, sendo esses últimos a principal expressão cultural do grupo atualmente (PPP Albino Pimentel, 2022, p. 21).

As atividades do grupo promovem a autonomia e o protagonismo uma vez que “a produção das histórias que compõem o enredo para apresentação de fantoche e as peças criadas, são produções das crianças, que em roda de conversa elaboram o drama” (PPP, 2022, p. 22). Além disso, evidenciam e fortalecem a identidade quilombola e as raízes ancestrais da cultura dos mais velhos que cultuam a história e cultura afro-brasileira, pois se inserem no Coco-de-roda Novo Quilombo, existente na comunidade gurugi/Ipiranga. Tanto a dança do Coco de Roda quanto o Maculelê, é perceptível a matriz indígena como a matriz africana, ambas são responsáveis pela expressão cultural do Coco de Roda no principalmente no nordeste brasileiro, podemos encontrar aspectos étnicos dessas duas matrizes.

O Maculelê tem origem afro-indígena, com características de uma dança estilo tribal, que envolve o manuseio de bastões numa coreografia dinâmica e potente, as movimentações também apresentam semelhanças com uma batalha, onde o corpo integra a música através de um bailado identitário e cheio de significados. Um dos principais expoentes da preservação do Maculelê foi o Mestre Popó de Santo Amaro da Purificação³

Figura -4 Maculelê



Figura: rede social da escola, 2022

O Coco de Roda é uma manifestação cultural tipicamente da região do nordeste, sendo praticada nos engenhos de açúcar da antiga Capitania de Pernambuco, sendo praticada atualmente com uma maior relevância nos estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Essa dança tem fortes influências da cultura negra e carrega valores da identidade do povo negro.

³ Disponível em <https://www.ime.usp.br/~salles/ceaca/maculele/maculele.html>, acessado em 10 de dezembro de 2022

Figura -5 Coco de Roda



Fonte: rede social da escola, 2014

O coco de roda se apresenta com uma pluralidade cultural riquíssima onde os instrumentos encantados utilizados são o bombo, caixa e ganzá. Sendo o coco de roda também artístico através da sua música, dança e poesia. Esse aquilombar que o coco de roda fortalece, sempre foi e continua sendo necessário, sendo sinônimo de afetividade e de luta.

No território “Quilombo do Ipiranga”, da cidade do Conde (PB) onde a escola Albino é situada, a mestra “Ana do Coco” é referência na comunidade, Ana que no decorrer da história do quilombo vem através do coco de roda, fortalecendo a cultura, identidade e a luta a favor do quilombo. O coco de roda também carrega a história da comunidade, manifestando sentimentos e expressões de forma intensa durante a dança do coco, promovendo diálogos e resgate das memórias da comunidade. Destaque para as primeiras guerreiras pretas, que transcenderam através de muita luta e que se permanecem vivas nos quilombos contemporâneos. Para Dealdina (2020, p. 37):

Historicamente, seguimos passos que vêm de longe, iniciados com Dandara dos Palmares, Anastácia, Aqualtune, Zeferina, Acotirene, Tereza de Benguela, Maria Aranha, Zacimba Gaba e tantas outras mulheres importantes para a continuidade da luta nos dias atuais. Essas são as legítimas representantes da luta das mulheres negras pela liberdade de seu povo. Elas almejavam não somente a liberdade, mas também uma sociedade livre de opressão e racismo, desafiando as estruturas machistas vigentes em diferentes períodos históricos e estimulando uma série de levantes populares no Brasil. Hoje somos desafiadas a continuar lutando contra todas as formas de violência, opressão e violação dos nossos corpos e dos nossos direitos (DEALDINA, 2020, p. 37).

A seguir alguns registros do projeto Clamores Antigos, sendo realizado dentro da escola Albino Pimentel.

Figura -6 Projeto Clamores Antigos e Jornal Mural



Fonte: rede social da escola, 2017

Figura -7 Apresentação do Projeto Clamores Antigos Teatro Popular de Bonecos



Fonte: Autora, 2022

Abaixo na figura 4 vemos os bonecos utilizados pelas crianças em suas encenações.

Figura -8 Projeto Clamores Antigos Bonecos



Fonte: Autora, 2022

O projeto trabalha com o teatro popular de bonecos que tem sua origem justamente nas classes populares. O Teatro popular de bonecos surgiu através da opressão e negação ao acesso à arte. O teatro também funciona enquanto reafirmação das identidades, para que os sujeitos se reconheçam na cultura e no território em que estão inseridos, o teatro de bonecos carrega vivências, vocabulário, identidade, cultura e estética do povo. Tornando -se o teatro popular também político.

A escravidão é a pauta trazida pelo teatro de bonecos, os estudantes apresentam a peça com um roteiro sobre a história da escravidão, encenando a chegada dos africanos no Brasil, o enredo descreve a violência sofrida pelo povo negro e a luta pela liberdade. A peça apresenta a seguinte frase de finalização: “Vamos lutar contra a escravidão, contra violência e contra o preconceito, liberdade para todos, viva a liberdade”. Como afirma (GADOTTI, 2012 p. 94) “Tomar a luta de classes como dimensão fundamental da tarefa pedagógica, da ação transformadora não significa introduzir a luta de classes na escola, pois ela sempre aí esteve.”

É importante destacar que as práticas pedagógicas ao serem construídas e eternizadas pelos sujeitos do campo, seja como forma de lazer ou de reafirmação da identidade, possibilita experiências educativas embasadas na autonomia. Dentre as contribuições do teatro popular de bonecos, estão a democratização da cultura, participação de populações historicamente excluídas, enriquecimento da diversidade, fomento da cultura e valorização da identidade. “Tal como a natureza onde vivemos e de quem somos parte, também a cultura não é exterior a nós. A diferença está em que o “mundo da natureza” nos antecede, enquanto o “mundo da cultura” necessita de nós para ser criado”. (BRANDÃO, 2002, Pg.22).

O movimento quilombola no Brasil e localidade, comunidade Gurugi/Ipiranga passou a ser o foco das histórias criadas pelas crianças. Com os bonecos em mãos, as crianças passaram a dar-lhes vida, experimentando sensações, emoções, anunciando conflitos, redesenhando sua própria história.

Textos passaram a ser escritos de forma autônoma. Os textos científicos foram usados como ponto de partida para a leitura de sua própria realidade, agora anunciada no drama que os personagens viviam na encenação. O empoderamento das crianças descobrindo a história de diálogo junto aos mais velhos. O grupo percebeu que a contação de história com uso dos fantoches poderia ser enriquecida com a dança e a música de origem africana, fizeram empréstimos de instrumentos ao grupo Coco-de-roda Novo Quilombo, aos poucos foram inserindo um nova linguagem artística a dança. (PPP Escola Albino Pimentel 2022, pg.23)

As práticas pedagógicas devem ser emancipatórias e impulsionar a construção de um currículo escolar intercultural, política afirmativa dos, com e para os povos do campo, a formação de um sujeito humanizado, a construção coletiva de ações, relação entre a subjetividade e objetividade, construção da liberdade e a crítica ao autoritarismo e à exploração entre os homens.

Os saberes são partilhados pelos próprios participantes que, de forma autônoma compartilham suas experiências, apropriações e interesses aos componentes mais novos do grupo. Durante os ensaios realizados no espaço escolar, as crianças menores assistem e participam da dança coco-de-roda. O grupo que observa, aos poucos são envolvidos e entram na roda para dançar, assim, observam os passos dos que já estão dançando e encontram a sintonia criando seu movimento com a intensidade que desejam. O fato de terem em seus familiares uma referência, muitos pais, avós dançaram quando criança, facilita a identificação com a dança. (PPP Albino Pimentel 2022, pg.23)

As ideias nascem das relações humanas, construídas através de vivências sociais e da valorização do diálogo. O respeito às diversidades é um dos pilares principais, para uma educação preocupada com o bem estar humano, enaltecendo sempre os questionamentos, reflexões e críticas.

A vida cotidiana, a rotina e as relações sociais antecedem as práticas pedagógicas da escola. Ao abordar questões reais e próximas de suas realidades, o professor facilita e possibilita diversos caminhos para se chegar à aprendizagem. Ao experimentar as possibilidades podemos também ampliá-las.

A produção das histórias que compõem o enredo para apresentação de fantoche e as peças criadas, são produções das crianças, que em roda de conversa elaboram o drama. Crianças alfabetizadas e não alfabetizadas, na roda, contribuem com o mesmo entusiasmo. Os que já dominam a escrita assumem o papel de escriba, os que não o fazem, contribuem partilhando suas ideias, opinando, chamando atenção para novas possibilidades. (PPP Albino Pimentel 2022, pg.23)

Destaco a oportunidade que tive de assistir juntamente com a professora orientadora Dr^a Maria do Socorro Xavier Batista, quando da visita à escola para a entrevista, a

apresentação dos estudantes no projeto de teatro de bonecos, do grupo Clamores Antigos que tinha como tema a Escravidão, a luta e resistência dos quilombolas. Além de escrever o roteiro, os estudantes atuaram na apresentação da peça, os estudantes são parte autores de todo o processo do projeto, estavam envolvidos em todas as etapas, desde a ideias ao planejamento até as ações desenvolvidas. Sobre os momentos que estivemos na escola, destaco Gadotti:

Assim, ao fazermos o nosso trabalho não podemos fazer abstração dessa vinculação, como não podemos fazer abstração de nossa subjetividade em nome de uma pseudoneutralidade científica. Como se a objetividade, o rigor científico, o respeito pela realidade, fossem sinônimos de neutralidade. Como se o educador, o filósofo, o artista, o cientista, não fizessem, eles também, parte do que buscam, analisam, criam. Como se a práxis pudesse explicar-se por ela mesma e não pelas finalidades que a motivam (GADOTTI, 2012 p. 49)

As práticas pedagógicas quando se alia aos saberes sociais do povo, torna-se uma prática produtiva e criativa, uma prática política e que possui diversas possibilidades no processo educativo, pois durante o processo de ensino podem ser exploradas várias questões juntamente com a cultura e identidade.

A falta de inclusão dos conteúdos correlacionados à realidade nas práticas pedagógicas provocou ao longo da história educacional, a negação dos sujeitos como parte do processo educativo. A inserção de conteúdos referente a cultura e identidade dos povos do campo, na maioria das vezes, ainda aparece de forma estereotipada e preconceituosa nas escolas de todo o país. Visto que também é necessário uma reforma geral sobre os materiais disponibilizados que estão desassociados da história e vida dos estudantes, saliento também as distorções da história ao ser apresentada a partir do olhar dos colonizadores. Retrata essas questões utilizando-se da práxis. O campo como núcleo gerador para as propostas pedagógicas.

No âmbito escolar, a organização dos saberes escolares é fundamental para a organização política, despertar científico e interdisciplinaridade. Os saberes da experiência de professores, somados aos dos alunos, formam uma rede que contém saberes dos diversos conhecimento

A organização do tempo e do espaço escolar também é importante para a reafirmação das peculiaridades do campo, como aspectos que envolvem a natureza e suas condições climáticas e ambientais. Sendo assim repensar o espaço escolar e as formas de encaminhamento metodológico, induzirá a uma práxis freiriana. Sendo o processo de transformação através da ação seguida de uma reflexão, para dar continuidade a outra ação.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 2017, p. 57).

Esse processo de construção permanente de libertação se constitui através do ensinar e aprender em simultaneidade. Ao criar também ser parte dessa criação.

O projeto Jornal Mural se desenvolve a partir do protagonismo dos estudantes na construção do jornal, sendo um fator essencial na abordagem da realidade que os estudantes estão inseridos, trazendo elementos a partir o que estão vendo, ouvindo e vivenciando, a partir dessa demanda levantada pelos próprios alunos se inicia a elaboração das notícias, sendo uma elaboração coletiva dentro da sala de aula. Durante a construção das notícias é desenvolvida a alfabetização e letramento, em uma concepção semelhante à freiriana de alfabetizar letrando.

As experiências propostas pelo projeto têm um caráter transdisciplinar, ao permitir a ampliação das questões sociais e compreender a relação com as diversas disciplinas, não se limitando ao conteúdo de português, mas envolvendo as outras áreas de conhecimento. Ao relatar as notícias os estudantes abordam acontecimentos, problemáticas, reflexões e agradecimentos que dialogam com disciplinas distintas como ciência histórica, arte entre outras as possibilidades promovidas através dos temas, sendo um leque amplo de possibilidades a serem trabalhadas dentro e fora da escola. Ao permitir que os alunos visualizem as conexões entre as matérias, facilita a mediação e absorção dos conteúdos, atrelando a memória ao conteúdo.

Essa perspectiva transdisciplinar supera a ênfase no conhecimento disciplinar e parcelado a partir de uma racionalidade aberta e complexa que contextualiza o conhecimento e favorece a religação dos saberes, a ecologia dos saberes, levando, portanto, à reforma paradigmática do pensamento e do conhecimento e, certamente, das práticas educacionais. Uma reforma do pensamento e, conseqüentemente, da ação que se processa ao produzir conhecimentos pertinentes, criativos e contextualizados, colaborando, assim, para a reformulação das bases estruturantes dos processos cognitivos, emocionais e espirituais e, ao mesmo tempo, promovendo o resgate da *biopsicossociogênese* do conhecimento. (MORAES, 2021 pg. 10)

Dentro do projeto canteiro partir das questões referentes ao texto, a função social das produções textuais como a finalidade da escrita. Foi criado um evento o Chá literário que

acontece no final do ano, ele complementa o projeto canteiro, onde acontece um encontro para ser apresentado as produções realizada pelos alunos através do projeto canteiros, sendo apresentado livros, textos, e outros materiais, compartilhado para a escola e comunidade.

Um projeto surge para complementar outros já existentes, sendo criado assim uma rede de projetos conectados, construídos a partir da necessidade de ampliação e continuação das ações de projetos anteriores, semelhante a um único rio com várias correntezas, os principais organizadores são os estudantes da escola. A auto organização é um dos instrumentos utilizados pelos alunos durante a realização dos projetos.

O jornal também utiliza-se de entrevista com moradores da comunidade, o professor relatou:

A última entrevista foi com Ana do coco, eles estavam querendo saber a questão da história, a origem da comunidade né, e tinham pessoas que que tinham esse conhecimento, então a gente partiu para lá, para trazer para o jornal essa entrevista... A gente tá pensando, falo a gente as crianças são sugestões deles né, que antes a gente colocava o jornal fora né, e as crianças começaram a perceber que as pessoas não têm o hábito de ler, elas chegaram para mim: professor a gente coloca lá o jornal a gente não vê tanta gente vendo. Eu acho triste porque a gente tá na escola é preciso que a gente incentive isso, aí perguntei qual a sugestão que vocês dão? A gente vai sair de sala em sala lendo o jornal para as pessoas. Então eles né começaram a sair de sala em sala com o jornal. (Professor, 2022, informação verbal fornecida no dia.)

Através da investigação dos alunos sobre o funcionamento do Jornal Mural, houve um questionamento a respeito de uma problemática: Como esse jornal poderia alcançar mais pessoas? Após eles refletirem chegaram a ideia de compartilhar o jornal indo de sala em sala e realizando a leitura.

Através das informações coletadas a respeito das notícias nacionais e locais ou das situações vivenciadas pela comunidade, os estudantes produziram notícias coletivas. Abaixo apresentamos as figuras do jornal e logo abaixo a transcrição *Ipsis Litteris* dos textos das notícias escritos pelos estudantes, para uma melhor compreensão.

A seguir alguns registros do projeto Jornal Mural da escola Albino Pimentel.

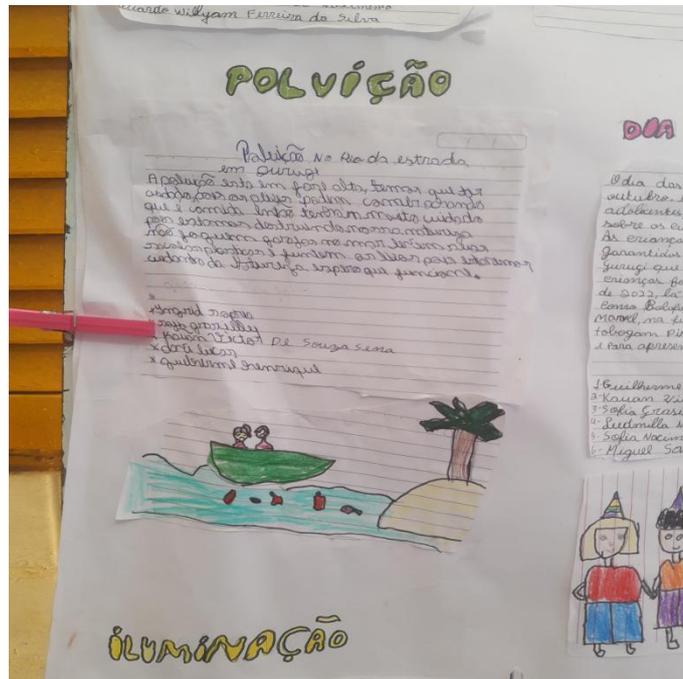
Figura -9 Projeto Jornal Mural



Fonte: Autora, 2022

Essa estrutura contém as notícias elaboradas pela turma do 3º terceiro ano do ensino fundamental, construídas pelos estudantes com a mediação do professor Manoel Cosmo.

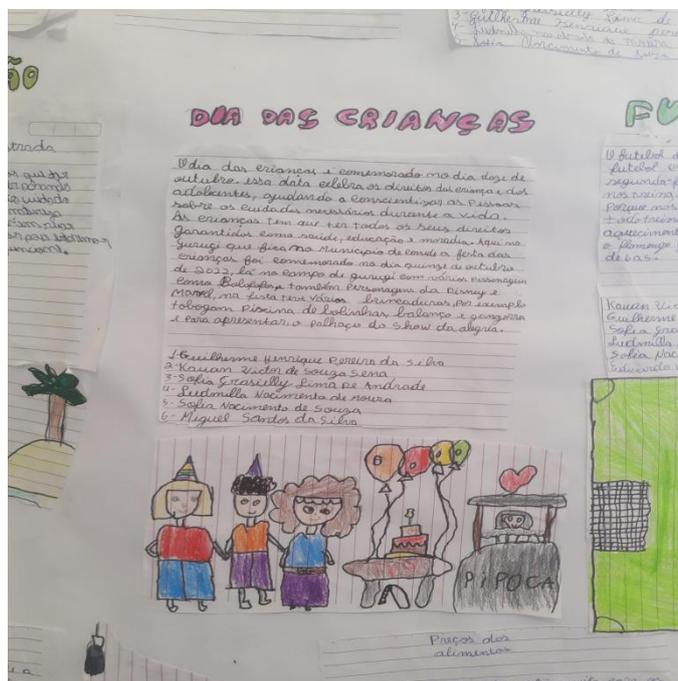
Figura -10 Jornal Mural Poluição



Fonte: Autora, 2022

“Poluição no rio da estrada em Gurugi. A população está em fase alta, temos que ter cuidado pois os peixes podem comer achando que é comida então temos muito cuidado pois estamos destruindo nossa natureza não joguem garrafas no mar levem suas sacolas plásticas e juntem os lixos pois estaremos cuidando da natureza espero que funcione. Ingrid Sophia /Sofia Grasielly/ Kaun victor de souza Sena/ Davi Lucas/ Guilherme Henrique”.

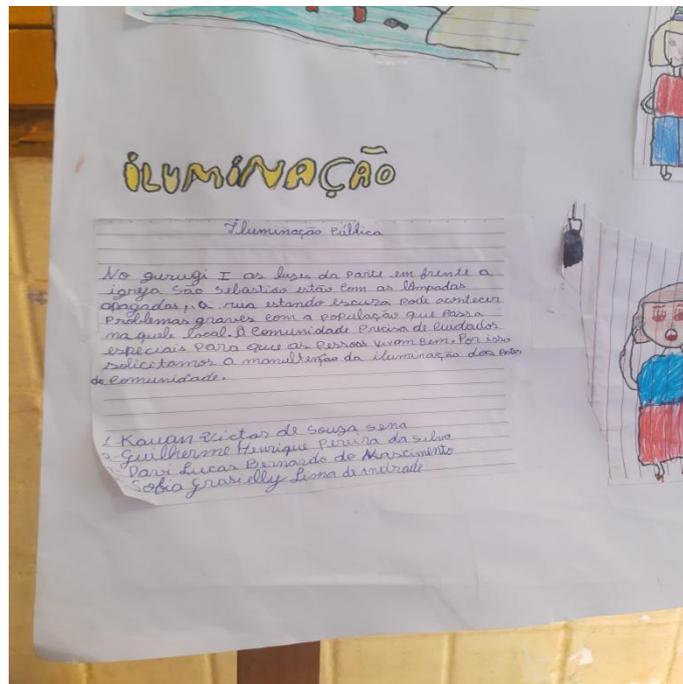
Figura -11 Jornal Mural Dia das Crianças



Fonte: Autora, 2022

“O dia das crianças é comemorado no dia doze de outubro, essa data celebra os direitos das crianças e dos adolescentes, ajudando a conscientizar as pessoas sobre os cuidados necessários durante a vida. As crianças tem que ter todos os seus direitos garantidos como saúde, educação e moradia. Aqui no Gurugi que fica no Município de Conde a festa das crianças foi comemorado no dia quinze de outubro de 2022, lá no campo de gurugi com vários personagem Como Bolofofos, também Personagens da Disney e Marvel, na festa teve vários brincadeiras, por exemplo tobogam Piscina de bolinhas, balanço e gangorra & Para apresentar, & palhaço do show da alegria.1-Guilherme Henrique Pereira da Silva / 2-Kauan Victor de Souza Sena / 3- Sofia GrasiellyLima De Andrade/ 4-Ludmilla Nascimento de Moura/ 5. Sofia Nascimento de Souza / 6-Miguel Santos da Silva”.

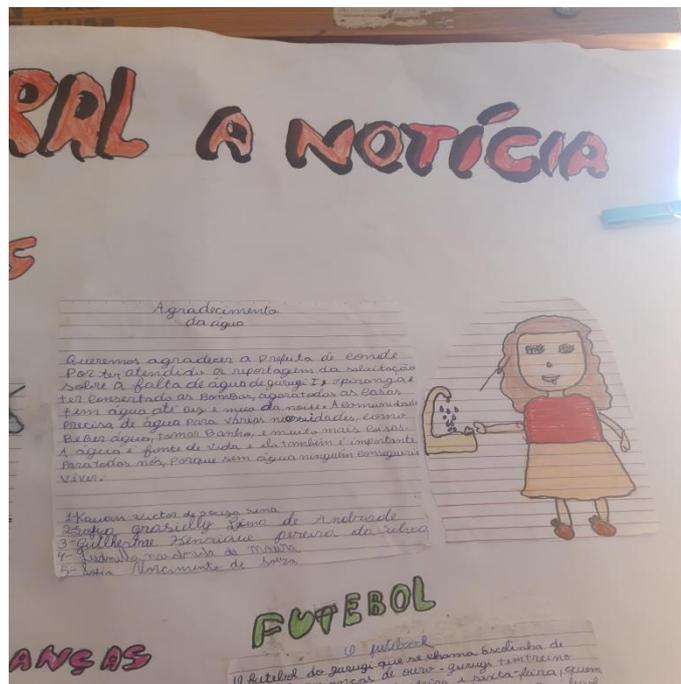
Figura -12 Jornal Mural Iluminação



Fonte: Autora,2022

“Iluminação Pública. No gurugi I as luzes da parte em frente a igreja São Sebastião estão com as lâmpadas apagadas, a rua estando escura pode acontecer problemas graves com a população que passa naquele local. A Comunidade Precisa de cuidados especiais para que as pessoas vivam Bem. Por isso solicitamos a manutenção da iluminação dos postes da Comunidade.1 Kauan Victor de Souza Sena / 2-Guilherme Henrique Pereira da Silva / 3- Davi Lucas Bernardo do Nascimento/ 4- Sofia Grasielly Lima de Andrade”.

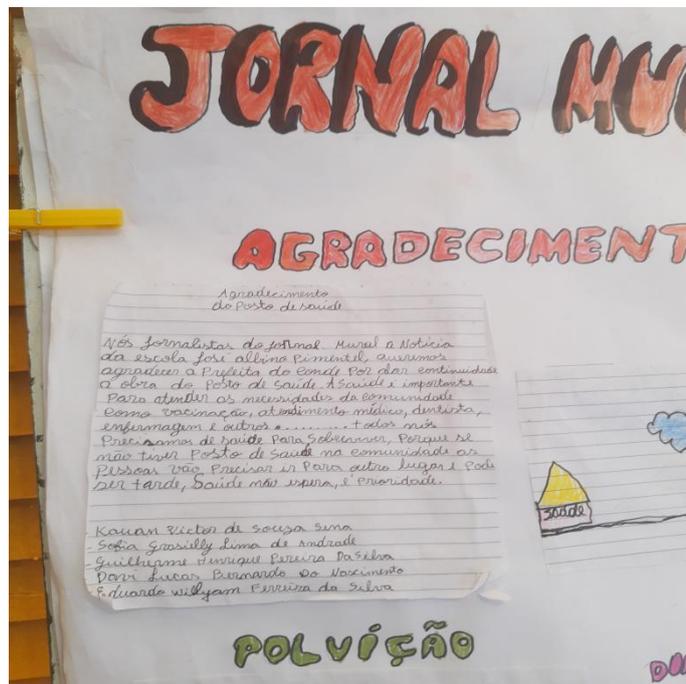
Figura -13 Jornal Mural Agradecimento da Água



Fonte: Autora,2022

“Agradecimento da água. Queremos agradecer a prefeita de conde por ter atendido a reportagem da solicitação sobre a falta de água de gurugi I e ipiranga I ter consertado as BomBas, agora todas as casas tem água até Dez e meia da noite. A comunidade precisa de água para várias necessidades, como BeBer água, tomar Banho, e muito mais coisas. A água é fonte de vida e ela também é importante para todos nós, porque sem água ninguém conseguiria Viver. 1- Kawan Victor de Souza Sena/ 2- Sofix Grasielly Lima de Andrade / 3- Guilherme Henrique Pereira da Silva/ 4- Rudmilla nas alimenta de maura / 5 Sofia Nascimento de Souza.”

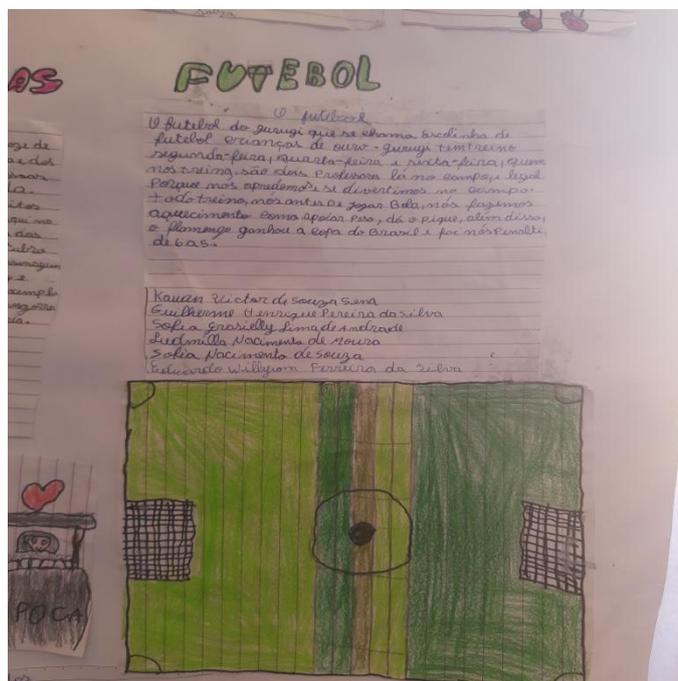
Figura -14 Jornal Mural Agradecimentos Posto de Saúde



Fonte: Autora, 2022

“Agradecimento do posto de saúde. Nós Jornalistas do Jornal Mural a Notícia da escola José Albino Pimentel, queremos agradecer a Prefeita do Conde por dar continuidade a obra do posto de saúde. A saúde é importante para atender as necessidades da comunidade como vacinação, atendimento médico, dentista, enfermagem e outros... todos nós precisamos de saúde para sobreviver, porque se não tiver posto de saúde na comunidade as pessoas vão precisar ir para outro lugar e pode ser tarde, Saúde não espera, é prioridade. Kauan Victor de Souza Sina / Sofia Grasielly Lima de Andrade / Guilherme Henrique Pereira da Silva / Davi Lucas Bernardo Do Nascimento / Eduardo Willyam Ferreira da Silva.”

Figura -15 Jornal Mural Futebol



Fonte: Autora, 2022

“O FUTEBOL O futebol do gurugi que se chama Escolinha de futebol crianças de ouro- Gurugi tem treino segunda-feira, Quarta-feira a sexta-feira, quem nos treino, são dois Professores lá no campo, é legal porque nós aprendemos, se divertimos no campo todo treino, nós antes De Jogar Bola, nós fazemos aquecimento como apoiar peso, dá o pique, além disso, flamengo ganhou a copa do Brasil e for nós Penalti de 6 a 5. Kauan Victor de Souza Sena / Guilherme Henrique Pereira da Silva / Sofia grasielly Lima de Andrade / Ludmilla Nascimento de Moura / Solia Nascimento de souza/ Eduardo Willycom Ferreira da Silva”.

Através desses registros do projeto Jornal Mural, podemos perceber a relação direta das pautas das notícias com o cotidiano dos estudantes, com temas relativos à realidade da comunidade local, as problemáticas encontradas no dia a dia e notícias locais e nacionais. Os temas dialogam com a vida dos moradores, não se limitando às questões de caráter individual, mas abrangendo a notícia através da coletividade. Essa prática pedagógica também considera o estudante como protagonista, ao envolver os alunos em todas etapas relacionadas ao desenvolvimento do projeto. Proporciona uma leitura do mundo, incentiva a escrita e promove uma reflexão sobre o cotidiano e uma melhor familiarização com os assuntos abordados, facilitando também a compreensão dos problemas nos quais a comunidade está envolvida.

Essas práticas pedagógicas estão em sintonia com os princípios da Educação do Campo e da Educação Popular, embora os sujeitos entrevistados tenham afirmado que não conhecem a Educação do Campo, pois quando perguntamos: vocês já tiveram alguma formação específica na Educação do campo? Vocês tem ideia do que seja a Educação do Campo? Segue a resposta da supervisora com a qual os demais concordaram:

“ Na verdade assim eu não tenho muita ideia não, vou mentir não, eu trabalho aqui onde a gente visa o território, a cultura local, mas a Educação do Campo aqui a gente não desenvolve como deveria ser, assim como eu não tenho um aprofundamento na área, a maioria dos professores também não, a gente vivencia muito a questão da comunidade mesmo.(Supervisora, 2022, informação verbal.)

A formação dos professores da Educação do Campo é essencial para a reafirmação e concretização das práticas pedagógicas embasadas relacionadas com o campo e sua diversidade, proporcionando aos professores um conhecimentos ainda mais amplo das teorias ligadas à educação, por isso as políticas de formação dos professores devem ser ampliadas, valorizadas e respeitadas, e que contemplem a concepção de Educação do Campo a partir da percepção que deve ser ofertada aos povos do campo, como também o reconhecimento da história da Educação do Campo seus povos, princípios, suas leis, propostas, e especificidades no âmbito cultural, identitário e social. Dessa forma a formação em Educação do Campo é uma conquista é faz parte de uma construção dos povos do campo.

3.3.3 Práticas desenvolvidas durante a pandemia do Covid-19

A Pandemia do COVID-19 atingiu diretamente a área educacional, principalmente os estudantes do campo. É importante destacar que o processo educacional está atrelado a diversos fatores como: alimentação, bem estar, saúde dentre outros. O COVID-19 agravou problemas já existentes na sociedade, como a desigualdade social. A alternativa encontrada para a continuidade dos estudos no período pandêmico foi o ensino remoto, porém o acesso à tecnologia ainda se constitui em privilégio, pois a maioria das/os estudantes e das escolas, principalmente as do campo, ainda permanecem sem acesso a internet e equipamentos tecnológicos. Por isso, a educação se deu de maneira ainda mais desigual e excludente, longe de ser uma educação que cumpra o direito do povo à educação e suas necessidades reais durante um momento emergencial.

Diante da desordem e negligência do governo em relação à educação no período pandêmico, o ensino destinado aos povos do campo piorou ainda mais, agravando a desigualdade educacional já existente no Brasil. Devemos deixar evidente as questões antecedentes ao vírus, a educação do campo sofreu com cortes de recursos destinados à educação, diminuição das bolsas de pesquisa, ataques aos programas destinados às comunidades do campo, como também a desvalorização dos profissionais da área de educação. Portanto, foram muitos os ataques no financiamento e na construção das políticas públicas destinadas à educação do campo. Cito políticas públicas importantes para a educação do campo: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Residência Agrária; Licenciatura em Educação do Campo.

Todas essas políticas, conquistadas pelos movimentos sociais nos governos de Lula e Dilma sofreram corte de verbas e ou foram extintas no governo de Jair Bolsonaro, aliado aos interesses do agronegócio, demonstrando o papel do estado na manutenção do poder dominante, que é seu papel primordial no capitalismo. Como podemos ver na afirmação de Marx:

(...) Donde concluímos que, para mudar o Estado, é preciso alterar as leis que regem a sociedade. E estas leis não são naturais, mas sim, sócio-históricas, ou seja, produzidas pelos seres humanos, em especial a classe trabalhadora, a quem cabe a função de revolucionar a sociedade e o Estado. (2010, p. 38)

Ainda dialogando sobre leis e garantia de direitos, vale ressaltar que houve um aumento do número de escolas do campo fechadas. O fechamento de uma escola significa um ataque violento à existência da comunidade local.

Levantamento com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) confirma que foram fechadas quase 80 mil escolas no campo brasileiro entre 1997 e 2018. O Censo Escolar evidencia um total de 146.232 escolas fechadas no Brasil nos últimos vinte anos (2000-2020), sendo 100.961 nos territórios rurais e 45.271 nos territórios urbanos (Brasil. Inep, 2021).

Os povos do campo seguiram lutando por sua existência no período pandêmico, vivenciando as injustiças, como a propagação de mentiras, distorções sobre a história e

discursos de ódio contra os movimentos sociais. Esses ataques estão diretamente relacionados à luta de classes, os interesses da classe burguesa, em manter um ensino opressor e desigual. A educação do campo vai contra esse sistema hegemônico, que continua privilegiando os interesses dos grandes latifundiários no Brasil.

A partir das entrevistas observamos que os educadores do campo apesar da COVID-19 pensaram e organizaram medidas e possibilidades de superação da condição de subalternidade vivenciadas. Profissionais da educação que não receberam suporte para a mudança repentina no funcionamento da educação. Mas pensaram ideias e possibilidades para a nova realidade, as iniciativas de professores para educar na pandemia, surgiram através da necessidade, essa situação não deve ser romantizada, porque trata-se de lacunas propositalmente causadas pela omissão dos responsáveis pela educação do país.

Sobre as práticas desenvolvidas na Escola Albino Pimentel durante a Pandemia, foi perguntado: Durante a pandemia quais foram os desafios, quais foram as adaptações que a escola fez?

“ A maior parte dos alunos foram atendidos pelo Whatsapp, porque assim, aqui a questão da internet, para a aula mesmo é complicado, eles não conseguiam acesso, o celular não tinha como baixar o Meet era bem complicado, e também os pais saíam para trabalhar de manhã para o roçado não podia deixar o celular com o filho então o celular só era possível a noite, ou tinha mais de um filho para assistir a aula, então a noite era quando eles pegavam a atividade e faziam, ou que a gente fazia também ? atividade impressa. Eles pegavam, respondiam, devolviam e o professor analisava novamente e dava a devolutiva, assim isso bem no início da pandemia, Quando no ano seguinte foi amenizando começamos os plantões pedagógicos. Um dia na semana os professores vinham atendiam um pequeno grupo de alunos, 10 alunos no 1º primeiro horário, no 2º horário mais 10, quando parava no 1º horário, tinha aquela limpeza da sala do ambiente, aí recebia mais 10 alunos, de cada turma, cada professor recebia 10 alunos depois mais 10 alunos. Porque a gente via que apesar das atividades pelo whatsapp, até conseguir mandar vídeo não era o suficiente, precisava desse contato mais próximo com o aluno, então a gente tentou e graças a deus deu certo, uma vez por semana, no que a pandemia foi diminuindo passou para 2 vezes, depois 3 depois a gente começou a voltar ao normal. (Supervisora,2022, informação verbal.)

“Nós aqui da escola por questões de estrutura terminamos o ano com plantões, não voltamos ao normal em 2021, esse ano que normalizou (Diretora, 2022, informação verbal.)

Nessas atividades que foram realizadas nos plantões vocês tentavam de certa forma vincular, adaptar de acordo com os projetos que já vinham sendo desenvolvido, tenha algum tema relativo a comunidade, história, cultura nessas atividades?

“As atividades eram sim, com base na cultura local, os projetos em si não foi possível, porque não tinha como aglomerar, juntar os alunos, a gente procurou mais contextualizar as atividades trazer para o roteiro do que a gente já trabalhava antes, mas foi muito difícil. (Supervisora,2022, informação verbal.)

As falas das/os entrevistadas/os revelam que houve uma ruptura dos processos e das práticas pedagógicas desenvolvidas anteriormente e as dificuldades tanto dos professores e da equipe escolar quanto das/os estudantes para não interromper as aulas. As/os educadores tiveram que se reinventar e criar atividades fora da tendência geral de aulas online, que pudessem ser realizadas pelas/os estudantes em sua grande maioria sem acesso à internet. As/os estudantes por sua vez, em sua grande maioria, não podiam contar com os pais para ajudá-los nas atividades passadas pela escola, foram os mais prejudicados.

3.3.4 Retomando as Práticas pedagógicas de Educação do campo e Quilombola após a pandemia do Covid-19:

A seguir apresentamos o resultado das entrevistas semi estruturadas realizadas com a gestora, a supervisora, um professor e uma professora. Os temas abordados foram: a construção do PPP, as práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola, a relação entre a escola e a comunidade. Ao passar pelo contexto emergencial provocado pela pandemia, as práticas pedagógicas desenvolvidas sofreram consequências, todos inclusive os alunos voltaram com uma vivência das situações e memórias das condições enfrentadas por causa da pandemia mundial.

No período pós pandemia vocês estão tentando retomar os projetos como está sendo?
A supervisora:

“Estamos tentando né, retornar só um pouco fora de ritmo, Março, Abril estávamos tentando caminhar para voltar o que era antes, porque assim a escola estava sempre muito viva e de repente a gente sentiu, que estava faltando algo na escola, com a pandemia ficou meio sem vida, agora assim, pouco a pouco, os projetos estão se desenvolvendo, a gente tá vendo a escola com mais autonomia, voltou novamente a alegria de antes, o movimento que ela tinha antes. (Supervisora,2022, informação verbal).

Vocês sentiram que houve uma defasagem por causa desses dois anos, sem os estudantes irem diretamente à escola?

“Com certeza, assim a gente pegou crianças que não passaram pelo processo da educação infantil que é muito importante, Eles chegaram aqui sem saber pegar no lápis, a questão da socialização da convivência com os colegas, de chegar na sala, então tudo isso se perdeu. Foi trabalhado bastante a questão da adaptação, a gente ainda tinha essa questão de conscientizar eles sobre a importância do uso das máscaras naquele momento. A gente tava voltando, mas não era uma volta normal como antes, precisava de cuidado. “(Supervisora,2022, informação verbal.)

Quais os desafios do dia a dia e as dificuldades que vocês enfrentam para desenvolver o trabalho na escola?

“ Ultimamente, nesse ano a maior dificuldade é a aprendizagem desses alunos, por consequência desses anos de pandemia, maior dificuldade é essa de ter uma sala tão mista, eu sei que sempre nós tivemos, salas mistas assim de alunos que iniciam com mais dificuldade outros que estão mais avançados, mas por conta desses 2 dois anos com certeza foi bem maior esse índice, nós temos uma sala de 3º terceiro ano que tem todos os níveis, um alunos que não conhecem letras, vogais, outros que está silabando, outros que lê uma frase, todos os níveis ! Então acredito que o maior desafio desses profissionais hoje, não só aqui, mas em todas as escolas é essa. (Diretora,2022, informação verbal.)

Com as consequências da pandemia na educação foram elaboradas quais estratégias?

“Então criamos estratégias e ações, atividades diferenciadas para cada nível. Dividimos toda a escola por nível, em 6 níveis de leitura, aí cada grupo com dois professores, que desenvolvia atividades para aquele nível, teve dias que tivemos alunos do 1º primeiro ano que tava junto com alunos do 4º quarto ano. Aí eu dizia: hoje não é série, hoje vocês estão pelas cores. Que eu não iria dizer a eles os níveis mais elevados ou não, então pelas cores. Aí eles desenvolviam a atividade com base no nível deles,o professor já sabiam o nível que iria trabalhar e desenvolvia as atividades, bem lúdicas para que eles pudessem se motivar. O projeto chamado Dia D. de alfabetização, o município adotou, e deu sugestões para as escolas, o município pediu que a gente fizesse um projeto de alfabetização, então ele deu o título Dia D. alfabetização, e cada escola iria desenvolver sua prática, aí a gente desenvolveu dessa forma. (Supervisora,2022, informação verbal.)

Nessa perspectiva de compreensão a respeito do PPP da escola Albino Pimentel, foi perguntado: Os projetos desenvolvidos na escola estão presentes no PPP, houve participação da comunidade na construção do PPP? “Sim, todos estão. Alguns deram sugestões, poucos

mas deram, quando se refere à educação dos filhos, os pais são muito participativos, assim tipo acho importante ter isso, então participaram” (Supervisora,2022, informação verbal).

Sobre a construção do PPP é importante ressaltar que a participação de todos é fundamental para a democracia e autonomia da escola. Essa troca, sobretudo envolver os estudantes, comunidade, professores e todos os trabalhadores da escola, é essencial ter como base a realidade da comunidade onde a escola está localizada, essa aproximação com os sujeitos do campo contribui para a elaboração de ações contextualizadas para o processo de ensino. O compartilhamento de ideias e o diálogo coletivo proporciona tanto soluções de problemas como promove problematizações referente a escola, estimulando a criticidade diante da construção dos projetos, promovendo a socialização e a diversidade, valorizando as múltiplas visões de mundo.

Essa relação entre escola e comunidade é um dos pilares principais para a Educação do Campo, sem essa relação a escola não está sustentada nos princípios que norteiam uma educação contextualizada e de valorização da classe trabalhadora. Sobre essa relação da escola e comunidade, a supervisora disse: " Com o passar do tempo vai se criando laços, então vamos à casa de um pai que se tornou amigo, então não só são eles que vem a gente, também vamos até eles.” (Supervisora,2022, informação verbal.)

A escola deve ser de todos e para todos. Essa coletividade é primordial para a difusão do conhecimento, quanto para a práxis de uma educação libertadora.

A escola albino Pimentel apesar das limitação referente a equipamentos e estrutura, elaborou ações com o intuito de minimizar os impactos na aprendizagem dos alunos causados pela pandemia, essas estratégias desenvolvidas possibilitaram uma facilidade no processo de retorno ao ambiente escolar e no processo educativo dos estudantes. Através das práticas pedagógicas foi trabalhado o processo de gestão da aprendizagem objetiva exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagens específicas, incluindo a investigação, reflexão, imaginação, criticidade e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive artísticas e culturais) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto a Educação Popular quanto a Educação do Campo propõem o uso da crítica, do diálogo e da valorização da democracia e das classes populares, sendo uma educação voltada à humanização, evidenciando os sujeitos da educação como donos de reflexões, sentimentos e ações, esses que estão atrelados ao processo educativo.

A pesquisa tratou das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola Albino Pimentel, sobre a discussão pedagógica da educação do campo e educação popular, procurando aproximações e singularidades nas práticas e propostas pedagógicas da escola. Apresento os projetos desenvolvidos na escola, que estão relacionados aos aspectos ligados à educação do Campo e Educação Popular.

Em um contexto histórico vivido pela sociedade brasileira e mundial por consequência da pandemia da Covid-19, que modificou e vem transformando, de forma significativa as práticas pedagógicas, pois professores e alunos tiveram que se adaptar imediatamente ao ensino remoto, mesmo sem possuir os recursos necessários, como computadores e internet, ou a capacitação para o ensino remoto, nenhuma medida foi ofertada pelo governo a esses profissionais.

A pandemia causou consequências na prática docente, professores tiveram que pensar novas ideias e realizar novas ações, mesmo sem suporte necessário para um momento tão crítico. Essa situação calamitosa acarretou em novas experiências educativas, como também atingiu as experiências que já estavam sendo desenvolvidas, em ambas situações a identidade docente foi um diferencial, o professor que optou pela educação popular teve uma ferramenta que contribuiu para o encontro de possibilidades na construção de saberes em meio a uma pandemia mundial. Considerando essas lacunas provocadas pela Covid-19, agravou as condições de desigualdade já existentes na sociedade, percebemos a importância de evidenciarmos as experiências pedagógicas da escola do campo quilombola, desenvolvidas pelos estudantes e profissionais da educação que compartilharam ideias e promoveram ações em busca de experiências significativas, mesmo vivenciando um momento tão calamitoso da pandemia do Covid-19 e o modo de produção capitalista na sua filosofia neoliberal.

Os professores que apesar de não possuírem uma formação na Educação do Campo desenvolve ações que carregam princípios dela, mas devemos salientar a importância da formação em Educação do campo sendo importante para o aprofundamento teórico e

fortalecimento das políticas públicas de formação para os povos do campo, ampliando e fomentando uma educação libertadora.

Diante do contexto do contexto pandêmico podemos perceber ainda com mais evidência como a educação sofre influência dos sentimentos, emoções, da imaginação, sendo necessário potencializar os aspectos socioemocionais dos estudantes, reflete diretamente na leitura do mundo e da realidade para transformá-la. Portanto, a inclusão do lúdico em sala de aula, a abertura de espaço de acolhimento e reconhecimento aumenta a qualidade do ensino, e facilita a compreensão do aluno em relação aos recursos e conteúdos utilizados.

Esse diálogo que os projetos Clamores Antigos e Jornal Mural desenvolvem diretamente com a educação do campo, cada projeto tem sua metodologia de funcionamento diferenciada, mas contém os meus princípios como o resgate da identidade, também abordando o tempo atual e as perspectivas de ações e futuras das questões e fenômenos sociais, como esse despertar para a opressão. A autonomia está em todos os projetos no teatro de bonecos, jornal mural e clamores antigos são os estudantes que constrói o roteiro das peças como são eles que atuam na peça, os estudantes que trazem a ideias e constroem as notícias do jornal como também pensam ideais para os ajustes, como a ideia de compartilhamento das notícias, aprendendo também o uso da escrita e leitura, para as necessidades e questões sociais.

Ressaltamos o protagonismo estudantil na escrita das músicas para o coco de roda, na dança do coco e do maculelê. A participação ativa dos estudantes promove a autonomia é perceptível, como também a valorização da cultura identidade e história, trazendo também um caráter conscientizador sobre essas questões sociais, muitas vezes explicitando toda opressão como se observa nas demandas e problemáticas da sociedade no jornal. Também se evidencia na escolha do tema escravidão na peça do teatro de bonecos. O coco de roda e o maculelê preservam a memória da cultura de matriz africana e indígena contribuem para a permanência viva fortalecendo a identidade, como também se constituem numa resistência em sua mais pura legitimidade.

O conjuntos de elementos que constituem uma vivência de uma educação que valoriza a comunidade e o contato direto com as questões do cotidiano, como o projeto do jornal, as informações trazidas pelos alunos sobre as necessidades e demandas locais, nacionais e estaduais como ponto de partida para o debate na prática educativa estimulam a militância e consciência política, denotando o papel político da educação como defendia Paulo Freire, como também ao trazer uma ferramenta favorável para a transformação social. Tanto o teatro popular de bonecos, quanto o coco de roda e maculelê compartilham de cultura, arte e

identidades próprias, sendo cada um dos projetos de inestimável importância para a manutenção das tradições, contribuindo para a valorização da cultura popular dos povos do campo.

As práticas pedagógicas desenvolvidas carregam princípios da educação do campo, quanto da educação popular, ao colocar os estudantes como protagonista, envolvendo todos no processo de ensino, funcionando como um canal de troca e construção de novos saberes, durante esse processo de ensino as práticas pedagógicas acontecem através da união e em sintonia com os sujeitos envolvidos no processo educacional.

Os projetos desenvolvidos trazem percepções, expressões em sua construção, através da arte e da educação, podemos propiciar o desenvolvimento humano. Os conteúdos trazidos pelos projetos envolvem vínculo com os povos do campo. Existe uma dimensão onde práxis pode ser envolvida, onde as práticas pedagógicas são capazes de provocar subsídios para a transformações na vida e no mundo dos estudantes. Então, e a partir de experiências educativas que contemplam a educação como um ato político, que geram reflexões e propostas de transformação. Para podermos avançar na situação educacional do país, é necessário mergulhar no mar de lágrimas, indo à raiz principal do problema educacional, o que impede que a educação transformadora seja uma prioridade, é preciso atentar para a historicidade desse paradigma educacional, que rege os princípios institucionais. Assim como uma flecha atirada no escuro é a prática pedagógica fora da realidade, jamais alcançaram o alvo, o objetivo.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Os movimentos sociais e a luta por educação. In: CALADO, A. (Org). **Movimentos Sociais, Estado e Educação, no Nordeste: estudos de experiências no meio rural.** João Pessoa: Idéia,1996.

BATISTA., Maria do Socorro Xavier. O campo como território de conflitos, de lutas sociais e movimentos populares. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide (Orgs.). **Educação Popular e movimentos sociais.** João Pessoa: Ed Universitária, 2006.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Apresentação. **Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas de Educação do Campo:** pesquisa e práticas educativas. João Pessoa: UFPB, 2011.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier.(orgs.). **Educação Popular e Movimentos Sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008

BATISTA, Maria do Socorro Xavier.Educação do campo: um paradigma classista de educação.Educação, **Direitos Humanos e Inclusão: currículo, formação docente e diversidades socioculturais /**Adelaide Alves Dias Charliton José dos Santos Machado, Maria Lúcia da Silva Nunes (Organizadores). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e educação do campo: promovendo territorialidades da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável.**Educação Popular e Movimentos Sociais: dimensões educativas na sociedade globalizada/** Edineide Jezine, Maria do Socorro Xavier Batista, Orlandil de Lima Moreira (organizadores). - João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues.**A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador.** São Paulo:Cortez, 2003.

BRASIL.MEC.CNE/CEB. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica

BRASIL.MEC.CNE/CEB. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>. Acesso em: 21.Nov. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988
BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm . Acesso em: 21 de Novembro de 2022.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20/11/2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

BRANDÃO, Carlos Rodrigues.**A educação como cultura.**Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Educação Popular como processo humanizador: quais protagonistas?** In: LINS, Lucicléa Teixeira; OLIVEIRA, Verônica de Lourdes

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Expressão Popular, 2004, p. 315-405.

CHAUI, M. A Sociedade Democrática In, MOLINA, M.C; TOURINHO, F.C; SOUZA JÚNIOR, J.G. **Introdução Crítica ao Direito**. Agrário. Brasília. Ed. UnB;IOESP. 2003.

COSTA, Lucinete Gadelha da. A educação popular como fundamento da prática pedagógica da educação do campo. **Educação do campo: epistemologia e práticas** /Evandro Ghedin, (Org). - 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

DOSSIÊ MST ESCOLA. **Documento e estudos** 1990-2001. Caderno de Educação nº 13. Edição Especial. TERRA/MST. Rio Grande do Sul, 2005

DOSSIÊ EDUCAÇÃO DO CAMPO: documentos 1998-2018/ Clarice Aparecida dos Santos [et al., organização]. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

DEALDINA, S. S. **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaíra, 2020

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo**. In: MOLINA, M. C; JESUS, SONIA M. S. de. (orgs.). Por Uma Educação do Campo: – Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília 2004 caderno 5. (Páginas 32 a 51).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. saberes necessários à prática educativa. coleção Leitura, editada pela Paz e Terra de São Paulo, em 1997

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

FREIRE, Paulo. **A Paixão de Mudar, de Refazer, de Criar...** Universidade e sociedade. Brasília: Nacional, ano I, n. 1, fev./1991.

FERNANDES, Bernardo M.; MOLINA, Mônica C.. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica C. JESUS, Sônia M. S. Azevedo de. (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004.

FREITAS, Luiz Carlos. **Efeito Sobral se generaliza**. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2022/11/21/efeito-sobral-se-generaliza/comment-page-1/#comment-70937>. Publicado em 21/11/2022

FONTELLA, Caren Rejane de Freitas; Machado, Maria Elisabete. **Trajatória da educação popular (ep) e da educação de jovens e adultos (eja) no brasil**. in: brandão, c. r. (org). Educação de jovens e adultos e a educação popular. São Paulo: editora do instituto Paulo Freire, 2010. pp. 10-28.

LEHER, Roberto. **Educação popular como estratégia política**. Educação e movimentos sociais: novos olhares/ Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Edineide Jezine, organizadoras. - Campinas, SP: Editora Alínea, 2010. 2ª Edição

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. 7 ed. São Paulo: Peirópolis, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Adriana Lin. **Didática, um novo olhar sobre a prática pedagógica do professor visando uma qualidade no ensino**. Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE, São Paulo, v.8.n.04. abr. 2022

HOUSSAYE, Jean. et all. **Manifesto a favor dos pedagogos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Tradução de: COSMO, Maria Lúcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

MARX, K. Glosas críticas ao artigo “**O rei da Prússia e a reforma social**”. De um prussiano. In: Engels, F. Lutas de classes na Alemanha. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro. HUCITEC-ABRASCO, 1992.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 16. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012

SANTANA, Guilherme Xavier de. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 13, n. 27, maio/ago. 2018 <<http://dx.doi.org/10.20500/rce.v13i26.12489>>

SILVA, Severino Bezerra da. Memórias Camponesas na Paraíba (1960 a 1980), organizações/lutas e catolicismo popular: Uma Contribuição histórica à Educação do Campo. In: BATISTA, Maria do Socorro Xavier (Org.). **Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas de Educação do Campo: Pesquisa e Práticas educativas**. João Pessoa: UFPB, 2011.

SOUZA, João Francisco de. Prática pedagógica e formação de professores. In: BATISTA NETO, José; SANTIAGO, Eliete (Orgs.). **Prática pedagógica e formação de professores**. Recife: Universitária da UFPE, 2009.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017** / Eduardo Paulon Girardi. – São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2022.

GONÇALVES, Lucas. Educação do Campo e Agroecologia: perspectivas teóricas e práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: FOLMER, Ivano, et al, (orgs.) **Educação Popular e os atravessamentos dos Movimentos Sociais: dialogicidade, historicidade e capitalismo**. Santa Maria: Arco Editores, 2022. pp. 8-24. E-book. Disponível em:<https://www.arcoeditores.com/_files/ugd/96abf9_88f46b0f265f4285866e0e836296930b.pdf> Acesso em: 10 dez 2022.

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. 2022. Disponível em: <<http://www.atlasbrasilagrario.com.br/>>. Acesso: 8 abr. 2022.

MORAES, Maria Cândida, PETRAGLIA, Izabel. **Epistemologia de Terra-Pátria para uma nova cidadania planetária**. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 57, p. 1-15, e20270, abr./jun. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/eccos.n57.20270>>.

MUNANGA, K. **Origem e Histórico do Quilombo Na África**. *REVISTA USP*, v. 28, p. 56-64, 1995.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Pesquisa Educação do Campo e Educação Popular: As práticas Educativas da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José Albino Pimentel

Pesquisador Responsável: Luana da Costa Santos

Orientadora: Prof^a. A Dra. Maria do Socorro Xavier Batista

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Prezado docente sua participação é muito importante para esta pesquisa que tem como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas e que visa compreender a educação do campo. Por isso contamos com sua colaboração:

I – IDENTIFICAÇÃO/PERFIL Nome:

Formação:

Tempo de atuação na área da educação:

Tempo de atuação na Escola Albino Pimentel:

1. Fale da sua experiência na Escola Albino Pimentel.
2. Como eram desenvolvidas as práticas pedagógicas na escola antes da pandemia?
3. Quais os desafios que a Escola Albino Pimentel enfrentou durante a Pandemia do (COVID-19) ?
4. Quais adaptações a escola fez em relação às práticas pedagógicas durante a pandemia?
 1. Em suas práticas pedagógicas você desenvolve algum tema ou questão a respeito da vida na comunidade? Se sim Cite alguma atividade por você desenvolvida.
 2. Nos seus planos de ensino são abordadas as questões relativas à identidade da comunidade?
 3. No Projeto Político Pedagógico e no planejamento da escola consta algum tema ou problema a ser incluído no currículo da escola?
 4. Você teve acesso a alguma formação específica acerca da Educação do Campo, Educação Popular ou Educação quilombola?
 5. Você teve contato com recursos didáticos e metodológicos dos povos quilombolas e indígenas?
 6. Você teve acesso a algum texto ou material didático que trata da cultura da comunidade ou participou de alguma produção?
 7. Quais as temáticas que você considera fundamentais a serem trabalhadas nesse processo formativo?

8. Você tem alguma relação com a comunidade ou vivenciou alguma experiência na comunidade?
9. De acordo com sua opinião qual o sentido da Educação do Campo?
10. Quais os desafios enfrentados no desenvolvimento do trabalho na escola?
11. Quais elementos que você considera necessário fundamentais na formação de educadores inseridos nesta proposta de Educação do Campo?
12. Quais estratégias são utilizadas pelos professores para adequar os conteúdos à realidade local?
13. Que estratégias são utilizadas pelos professores e supervisão escolar para melhorar a aprendizagem visando à superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos ?
14. Como se dá a participação dos pais e/ou pessoas da comunidade nas discussões e atividades da escola?
15. Como aconteceu a discussão e elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola?

APÊNDICE B- MODELO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO TERMO DE****CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Caro(a) Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa previamente intitulada: Educação do Campo e Educação Popular: As práticas Educativas da Escola do Campo José Albino Pimentel, da Comunidade Quilombola do Gurugi, Conde/PB a ser realizada por Luana da Costa Santos, aluna do curso de graduação Pedagogia Educação do Campo, da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Professora Dr^a Maria do Socorro Xavier Batista. A pesquisa tem como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Albino Pimentel, buscando identificar se elas se fundamentam na Educação do Campo e Educação Popular. Como objetivos específicos foram definidos: analisar os projetos pedagógicos desenvolvidos na escola; Caracterizar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores durante o período da pandemia; identificar os desafios dos educadores para o desenvolvimento das práticas pedagógicas. A pesquisa será realizada com professores(as) da escola através de entrevista semiestruturada.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos e/ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo. Ao validar o seu e-mail, você está concordando que foi devidamente esclarecido(a) quanto ao objetivo, justificativa e benefícios da pesquisa, consentindo para participar e para a publicação dos resultados. Assim, nos comprometemos em socializar os resultados apresentando-os na escola.

Maria do Socorro Xavier Batista

Assinatura da orientadora

Luana da Costa Santos

assinatura da pesquisadora

Secretaria _____ Conde/ _____ /2022

Curso de Pedagogia com aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal Contato: E-mail: luana.santos.lcs18@gmail.com. E-mail: socorroxbatista@gmail.com

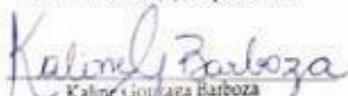
ANEXO I – AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

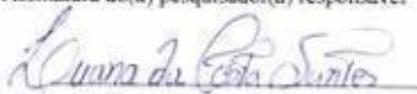
Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa previamente intitulada: Educação do Campo e Educação Popular: As práticas Educativas da Escola do Campo Quilombola Albino Pimentel a ser realizada por Luana da Costa Santos, aluna do curso de graduação Pedagogia Educação do Campo, da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Professora Dr^a Maria do Socorro Xavier Batista. A pesquisa tem como objetivo geral analisar as práticas educativas pedagógicas da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Albino Pimentel, buscando identificar se elas se fundamentam na Educação do Campo e Educação Popular e como objetivo Específicos: Analisar os projetos pedagógicos desenvolvidos na escola; Caracterizar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores durante o período da pandemia; Identificar os desafios dos educadores para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos e/ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo. Ao validar o seu e-mail, você está concordando que foi devidamente esclarecido(a) quanto ao objetivo, justificativa e benefícios da pesquisa, consentindo para participar e para a publicação dos resultados.

Assinatura do(a) responsável


 Kaline Goulaga Barboza
 Secretária Municipal de Educação,
 Esporte e Cultura
 Matrícula nº 51465

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável



Conde,
 30 / 1 / 2022

Graduando do Curso de Pedagogia com aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal - UF, luana.santos.lcs18@gmail.com